

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO AMBIENTES LITORÂNEOS E
INSULARES

Mestrado em Ciências Ambientais

LARISSA DO ROSARIO LOPES MARQUES

**Produção Artesanal e Desenvolvimento Sustentável: Conflitos
Socioambientais em Comunidades Costeiras e Insulares na Baía de
Paranaguá**

Paranaguá

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO AMBIENTES LITORÂNEOS E
INSULARES

Mestrado em Ciências Ambientais

LARISSA DO ROSARIO LOPES MARQUES

**Produção Artesanal e Desenvolvimento Sustentável: Conflitos
Socioambientais em Comunidades Costeiras e Insulares na Baía de
Paranaguá**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares – PALI – da Universidade Estadual do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Anacleto
Coorientadora: Profa. Dra. Mônica Herek

Paranaguá

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

do Rosario Lopes Marques, Larissa
Produção Artesanal e Desenvolvimento
Sustentável: Conflitos Socioambientais em
Comunidades Costeiras e Insulares na Baía de
Paranaguá / Larissa do Rosario Lopes Marques. --
Paranaguá-PR, 2025.
66 f.

Orientador: Adilson Anacleto.
Coorientador: Dr^a Mônica Herek.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Ambientes Litorâneos e
Insulares) -- Universidade Estadual do Paraná, 2025.

1. Artesanato. 2. Comunidades tradicionais. 3.
Desenvolvimento sustentável. 4. Empoderamento
feminino. 5. Conflitos ambientais. I - Anacleto,
Adilson (orient). II - Herek, Dr^a Mônica (coorient).
III - Título.

TERMO DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ Campus de Paranaguá

Credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05/12/2013 - D.O.E. 05/12/2013
Recredenciada pelo Decreto nº 2374, de 14/08/2019 - D.O.E. 14/08/2019
Rua Comendador Correa Junior, nº 117 - Centro - CEP: 83203-560 - Fone: (41) 3423-3644
PARANAGUÁ - PARANÁ
<http://paranagua.unespar.edu.br>



LARISSA DO ROSÁRIO LOPES MARQUES

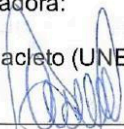
PRODUÇÃO ARTESANAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES COSTEIRAS E INSULARES NA BAÍA DE PARANAGUÁ

Dissertação de mestrado apresentada Programa de Pós-graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares da Universidade Estadual do Paraná, para obtenção de Título de Mestre em Ciências Ambientais.

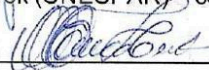
Paranaguá, 13 de novembro de 2025.

Banca examinadora:

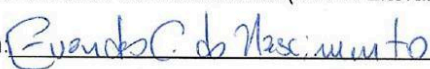
Dr. Adilson Anacleto (UNESPAR) – orientador e presidente da banca

Assinatura: 

Drª. Mônica Herék (UNESPAR) – coorientadora

Assinatura: 

Dr. Evandro Cardoso do Nascimento (UFPR Litoral) – examinador

Assinatura: 

A leitura do mundo precede a leitura da palavra.

— Paulo Freire

Às mulheres da minha família, por representarem força, sabedoria e amor incondicional. Que este trabalho seja também reflexo da inspiração que encontro em cada uma de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Prof. Dr. Adilson Anacleto, pela orientação competente, pelo rigor científico e pela generosidade intelectual ao longo desta pesquisa. Sua paciência, disponibilidade e incentivo permanente foram essenciais para o amadurecimento deste trabalho e para minha formação enquanto pesquisadora.

À Invest Paraná, pela oportunidade de atuar como bolsista pesquisadora, experiência que ampliou minha visão sobre o desenvolvimento territorial e cuja colaboração institucional foi determinante para a consolidação desta dissertação.

Aos docentes e colegas do Programa de Pós-Graduação, pela partilha de conhecimentos, pelas discussões produtivas e pela convivência que enriquecem a jornada acadêmica e fortalecem o sentido coletivo da produção científica.

Finalmente, à minha família e aos amigos, pelo apoio incondicional, pela compreensão diante das ausências e pela presença constante em cada etapa deste percurso. Sem o afeto, o incentivo e a confiança de vocês, esta caminhada teria sido mais difícil e menos significativa.

RESUMO

O artesanato no litoral do Paraná assume características singulares nas comunidades tradicionais, especialmente nas comunidades situadas em ambientes insulares, onde se integra à vida cotidiana e constitui importante fonte de geração de renda. Apesar de sua relevância socioeconômica e cultural, os estudos científicos sobre a produção artesanal nessas localidades são escassos. Diante dessa lacuna, este estudo teve como objetivo compreender a realidade da produção artesanal na Baía de Paranaguá, por meio de duas estratégias metodológicas complementares: uma revisão sistemática da literatura científica e uma pesquisa de campo. Na primeira etapa, foram consultadas as bases SciELO, Web of Science e Scopus; das 130 publicações encontradas, 40 atenderam aos critérios de inclusão e foram analisadas com o auxílio do software Iramuteq. Os resultados indicaram três eixos centrais associados ao artesanato em ilhas: empoderamento feminino, sustentabilidade ecológica e progresso local. Na etapa seguinte, realizada entre abril e dezembro de 2024, foi conduzida uma pesquisa exploratória descritiva com 42 famílias residentes em comunidades costeiras e insulares, com o objetivo de organizar uma análise prospectiva da produção artesanal local. O estudo evidenciou que essas comunidades vivenciam contrastes entre fragilidades estruturais e riquezas culturais e naturais, e que a inserção das mulheres na produção e gestão do artesanato representa um elemento estratégico de empoderamento e autonomia financeira. Foram identificados como fatores potencializadores da atividade: o uso de matérias-primas locais de baixo custo, a possibilidade de aplicação da economia circular e o fortalecimento das redes comunitárias. As limitações relacionaram-se às restrições da legislação ambiental sobre o uso de matérias-primas para práticas tradicionais, à extração não controlada de recursos naturais e à baixa interlocução governamental acerca da gestão dos territórios e de seus recursos. Conclui-se que a organização coletiva, aliada à gestão sustentável dos recursos, pode favorecer a permanência das comunidades em seus territórios e a continuidade de suas práticas produtivas, contribuindo para estratégias de desenvolvimento em harmonia com o ambiente.

Palavras-chave: artesanato; comunidades tradicionais; desenvolvimento sustentável; empoderamento feminino; conflitos ambientais.

ABSTRACT

Handicraft production on the coast of Paraná presents unique characteristics within traditional communities, especially those located in insular environments, where it is closely integrated into daily life and represents an important source of income generation. Despite its socioeconomic and cultural relevance, scientific studies addressing handicraft production in these localities remain limited. In view of this gap, the present study aimed to understand the reality of handicraft production in Paranaguá Bay through two complementary methodological strategies: a systematic review of the scientific literature and field research. In the first stage, the databases SciELO, Web of Science, and Scopus were consulted; of the 130 publications identified, 40 met the inclusion criteria and were analyzed using the Iramuteq software. The results indicated three central axes associated with handicraft production in island communities: female empowerment, ecological sustainability, and local development. In the subsequent stage, conducted between April and December 2024, an exploratory descriptive study was carried out with 42 families living in coastal and insular communities, aiming to develop a prospective analysis of local handicraft production. The study revealed that these communities experience contrasts between structural fragilities and cultural and natural richness, and that the participation of women in handicraft production and management represents a strategic element for empowerment and financial autonomy. Factors identified as strengthening the activity included the use of low-cost local raw materials, the potential application of circular economy principles, and the strengthening of community networks. Limitations were related to environmental legislation restrictions on the use of raw materials for traditional practices, the uncontrolled extraction of natural resources, and limited governmental dialogue regarding territorial and resource management. It is concluded that collective organization, combined with the sustainable management of resources, may support the permanence of these communities in their territories and the continuity of their productive practices, contributing to development strategies in harmony with the environment.

Keywords: mathematics education; psychomotricity; systematic review.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação sistemática do percurso metodológico do processo da revisão	19
Figura 2 – Gráfico da evolução na última década da produção científica relacionada à produção artesanal nas comunidades costeiras e insulares	24
Figura 3 - Distribuição da produção científica no mundo relacionada à produção artesanal nas comunidades costeiras e insulares	25
Figura 4 - Dendrograma do corpus textual analisado	25
Figura 5 - Reunião nas comunidades para coleta de dados	27
Figura 6 - Tipos de artesanato em cipó-preto e taquara fabricado por mulheres das comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - inter-relação entre as categorias segmentadas na produção artesanal em comunidades costeiras e insulares	27
Quadro 2 - Proposições de novos estudos relacionados à produção artesanal em comunidades costeiras e insulares	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Potencialidades do artesanato na Baía de Paranaguá no litoral do Paraná na percepção dos entrevistados.	45
Tabela 2 - Limitações do artesanato na Baía de Paranaguá no litoral do Paraná na percepção dos entrevistados.	46
Tabela 3 - Limitações ambientais associadas ao artesanato na Baía de Paranaguá no litoral do Paraná na percepção dos entrevistados.	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES EM ESTUDO	16
2.1 Caracterização Territorial	17
2.2 Justificativa da escolha das comunidades investigadas	17
2.3 Descritivo das comunidades investigadas	17
2.3.1 Comunidade da Europinha	17
2.3.2 Comunidade Teixeira	17
2.3.3 Comunidade Eufrazina	17
2.3.4 Comunidade Piaçaguera	18
2.3.5 Comunidade do Amparo	18
3 PA PRODUÇÃO ARTESANAL EM COMUNIDADES INSULARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	19
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.2 RESULTADOS	24
3.3 DISCUSSÃO	29
PRODUÇÃO ARTESANAL, SUSTENTABILIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	29
3.3.1 Empoderamento feminino como eixo estruturante	30
3.3.2 Sustentabilidade ecológica e manejo de recursos	32
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
4 PRODUÇÃO ARTESANAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A REALIDADE DAS COMUNIDADES INSULARES NA BAÍA DE PARANAGUÁ.	37
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
4.2 RESULTADOS	41
4.3 DISCUSSÃO	47
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

A produção artesanal diversificada, conforme descrito por Pellizzari et al. (2021), pode ser caracterizada como a manufatura de produtos resultantes da habilidade, destreza, qualidade e criatividade de seus praticantes. Realizadas por meios tradicionais ou rudimentares, essas práticas expressam a cultura de uma determinada região, sendo transmitidas entre gerações e constituindo traços da vida cotidiana de grupos e comunidades.

Do ponto de vista econômico, a produção artesanal, segundo Scheuer et al. (2023), frequentemente se relaciona com o trabalho informal. Essa atividade surge como resposta a crises no ambiente onde vive o artesão, que se vale do ofício para gerar renda e ocupação, além de atribuir identidade e tradições às suas regiões por meio das peças que produz.

O artesanato no Brasil tem raízes profundas entrelaçadas com a história das populações indígenas, africanas e europeias que moldaram o país. Desde o período colonial, a atividade percorreu o território nacional carregando consigo modos de fazer, crenças e saberes que transcendem o tempo e o espaço, adaptando-se às condições naturais e culturais de cada localidade. No litoral paranaense, especialmente, a produção artesanal passou a dialogar com o ambiente costeiro e insular, ressignificando técnicas, materiais e significados e tornando-se parte essencial da identidade de comunidades tradicionais.

Essa atividade, quando analisada sob a perspectiva contemporânea, relaciona-se diretamente ao debate sobre desenvolvimento sustentável. O conceito, amplamente difundido a partir do Relatório Brundtland (1987), estabelece que o desenvolvimento deve atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Sachs (2002) amplia essa compreensão ao propor que a sustentabilidade é multidimensional, envolvendo simultaneamente as dimensões ambiental, econômica, social, territorial, cultural e política. Abramovay (2010) acrescenta que, em comunidades tradicionais, essa sustentabilidade depende da diversificação produtiva, do uso responsável de recursos naturais, da valorização cultural e do fortalecimento de formas de organização social.

No litoral do Paraná, entretanto, a relação entre produção artesanal e desenvolvimento sustentável está fortemente atravessada por conflitos ambientais.

A partir da década de 1970, o avanço da urbanização, do turismo e da especulação imobiliária incidu sobre territórios caiçaras, produzindo restrições ao uso dos recursos naturais e alterando dinâmicas culturais e produtivas historicamente estabelecidas. A criação de unidades de conservação, embora relevante do ponto de vista preservacionista, gerou tensões com modos de vida locais que dependiam de atividades de subsistência, como a coleta de insumos florestais para o artesanato, cultivo agrícola e pesca (Anacleto; Michaliszyn Filho, 2024). Tais conflitos evidenciam que o desenvolvimento sustentável, para além de um ideal normativo, se materializa em disputas territoriais, políticas e jurídicas.

Nesse contexto, a produção de Produtos Artesanais Típicos (PATs) surge como alternativa capaz de articular os três eixos mencionados: i) a dimensão ambiental, ao reduzir pressões sobre ecossistemas e promover o uso responsável de recursos; ii) a dimensão econômica, ao gerar renda e ampliar possibilidades de permanência territorial; e iii) a dimensão sociocultural, ao fortalecer identidades, saberes tradicionais e patrimônios imateriais (Anacleto; Bornancin, 2018). Assim, o artesanato configura-se como estratégia potencial para promover um desenvolvimento sustentável territorializado e culturalmente informado.

Além disso, a análise dessa atividade no litoral do Paraná oferece uma oportunidade singular para compreender como tais construtos teóricos se manifestam em um território marcado simultaneamente pela biodiversidade da Mata Atlântica, por uma história socioeconômica vinculada à cultura caiçara e por intensos conflitos ambientais relacionados à conservação, ao turismo e à expansão urbana. O litoral paranaense contribui empiricamente para o debate acadêmico ao evidenciar que a sustentabilidade, quando articulada à produção artesanal, não se reduz a um instrumento de geração de renda, mas opera como mediação entre cultura, território e natureza.

Dessa forma, esta dissertação justifica-se por analisar de que modo a produção artesanal pode constituir alternativa de desenvolvimento sustentável em regiões submetidas a conflitos ambientais, especialmente em comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá. O caso empírico permite tensionar e ampliar a teoria existente ao demonstrar que o litoral paranaense oferece elementos importantes para a compreensão da relação entre artesanato, sustentabilidade e gestão territorial em contextos de preservação ambiental e permanência de populações tradicionais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES EM ESTUDO

2.1 Caracterização territorial

As comunidades analisadas localizam-se na Baía de Paranaguá, litoral do estado do Paraná, região pertencente ao bioma Mata Atlântica e marcada pela presença de áreas insulares e costeiras. O território é composto por ecossistemas de elevada relevância ambiental, tais como manguezais, restingas e florestas ombrófilas densas, sob influência de condições climáticas úmidas e quentes ao longo do ano. A região integra o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape–Cananéia–Paranaguá, reconhecido pela elevada biodiversidade e por abrigar comunidades tradicionais caiçaras.

A Baía de Paranaguá apresenta forte presença de unidades de conservação de diferentes categorias, entre parques, áreas de proteção ambiental e reservas estaduais. A sobreposição entre áreas naturais protegidas e territórios de ocupação tradicional contribui para a conformação de conflitos socioambientais, especialmente relacionados ao acesso aos recursos naturais, ao uso da terra e à permanência das populações locais.

2.2 Justificativa da escolha das comunidades investigadas

A escolha metodológica das comunidades investigadas fundamenta-se em três critérios principais: (i) presença histórica de comunidades caiçaras, com manutenção de práticas culturais tradicionais; (ii) incidência direta de conflitos socioambientais relacionados à criação de unidades de conservação e à especulação imobiliária; e (iii) existência comprovada da prática de produção artesanal, com relevância sociocultural e potencial de geração de renda.

Esses critérios permitem situar o artesanato como atividade economicamente significativa, culturalmente estruturante e ambientalmente tensionada, possibilitando a análise integrada entre produção artesanal, desenvolvimento sustentável e conflitos ambientais. Além disso, a delimitação das comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá contribui para o avanço teórico ao evidenciar que a sustentabilidade, quando aplicada a territórios sob proteção ambiental e presença de populações tradicionais, se configura como processo disputado e não apenas como

diretriz normativa.

2.3 Descritivo das comunidades investigadas

Para fins de padronização metodológica, todas as comunidades são descritas segundo as mesmas categorias analíticas: localização e acesso, ocupação e composição populacional, atividades produtivas, características ambientais e práticas artesanais.

2.3.1 Comunidade da Europinha

A comunidade da Europinha está situada em área insular da Baía de Paranaguá, com acesso predominantemente fluvial. Sua ocupação remonta ao período colonial e integra o conjunto de comunidades caiçaras presentes na região. A população local esteve historicamente associada à pesca artesanal, ao cultivo agrícola de subsistência e à coleta de recursos naturais como forma de complementar a renda e a alimentação.

No que se refere às características ambientais, a comunidade localiza-se em área recoberta pela Mata Atlântica, sob influência de legislações ambientais e unidades de conservação. A produção artesanal esteve tradicionalmente vinculada ao uso sustentável de recursos florestais não madeiráveis e à fabricação de utensílios cotidianos, representando importante manifestação cultural.

2.3.2 Comunidade Teixeira

A comunidade Teixeira apresenta ocupação tradicional semelhante às demais localidades insulares analisadas, com presença de famílias caiçaras e atividades produtivas baseadas na pesca e na agricultura de pequena escala. Seu território insere-se em área ambientalmente sensível e sob restrição de uso, o que afeta diretamente o acesso aos recursos e o desenvolvimento de atividades artesanais.

Do ponto de vista sociocultural, a comunidade mantém práticas tradicionais relacionadas ao artesanato, com ênfase na produção de utensílios e artefatos locais que expressam o repertório cultural caiçara.

2.3.3 Comunidade Eufrazina

A comunidade Eufrazina é composta por populações caiçaras assentadas em área insular, com histórico de produção de alimentos de subsistência e fabricação de peças artesanais. Suas práticas produtivas estiveram sempre ligadas ao ambiente natural, demonstrando dependência direta dos ecossistemas costeiros.

As restrições ambientais impostas pelas unidades de conservação incidiram sobre práticas consideradas tradicionais, como coleta de matéria-prima para o artesanato, pesca e cultivo, modificando o modo de vida local e contribuindo para o êxodo de moradores.

2.3.4 Comunidade Piaçaguera

A comunidade Piaçaguera integra o conjunto de localidades da Baía de Paranaguá que vivenciaram transformações significativas a partir da década de 1970, com o avanço da especulação imobiliária, do turismo e da instalação de regulamentações ambientais. A população apresenta características caiçaras e mantém práticas culturais associadas ao artesanato.

As atividades artesanais estiveram tradicionalmente vinculadas ao uso de recursos naturais locais, contribuindo para a identidade comunitária. Contudo, as restrições ambientais e a pressão sobre o território impactaram seu desenvolvimento e permanência.

2.3.5 Comunidade do Amparo

A comunidade do Amparo constitui uma das localidades mais representativas no litoral paranaense quanto à presença da produção artesanal. Assim como nas demais comunidades, a população possui origem caiçara e historicamente articulou diferentes atividades produtivas para subsistência, como pesca, agricultura e manufatura artesanal.

O território da comunidade insere-se em área sujeita a restrições ambientais, o que afeta diretamente a coleta de insumos naturais utilizados no artesanato e gera conflitos com órgãos ambientais fiscalizadores. Ainda assim, o artesanato permanece como elemento identitário relevante e como alternativa potencial de geração de renda.



Fonte: GOURA, M. Turismo Comunitário, 28 nov. 2023.

3 A PRODUÇÃO ARTESANAL EM COMUNIDADES INSULARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

A produção artesanal desempenha um papel crucial nas comunidades costeiras e insulares. Geograficamente isoladas, elas mantêm tradições culturais singulares, derivadas de seus modos de vida e dos recursos locais, tornando-se, muitas vezes, um dos alicerces de suas economias. Segundo Almeida e Kan (2016), é justamente por causa dessas especificidades que tal atividade ultrapassa a barreira do tempo, preservando a cultura como um conhecimento praticamente inalterado.

Historicamente, essas comunidades dependem de tais recursos para sua sobrevivência. No entanto, Kaya (2015) destaca que, apesar dos esforços para atender às necessidades do turismo, o que gera pressão pela modernização da produção artesanal, é essencial que essas comunidades mantenham suas competências e a essência de suas tradições, buscando o próprio desenvolvimento dentro de suas possibilidades.

O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente discutido no

mundo, têm visões diferenciadas propostas por Abramovay (2010) e Sachs (2002), especialmente ao que se refere às comunidades tradicionais e à busca por um equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Nesse contexto, quando aplicado às comunidades costeiras e insulares, a exploração sustentável de recursos naturais é fundamental para garantir a continuidade da atividade. Dada a condição geográfica e a escassez de recursos, deve-se assegurar também a renovação do ecossistema. Os autores alertam que somente nessas condições ocorrerá a melhoria dos aspectos sociais e a preservação ambiental aliadas à prosperidade econômica.

Segundo, Cavalcante, (2016), as comunidades costeiras e insulares na Baía de Paranaguá apresentam uma situação de desenvolvimento similar à relatada por Abramovay (2010), Sachs (2002) e Almeida e Kan (2016). O autor evidencia que essas comunidades possuem papel relevante na preservação cultural por meio do artesanato, ressaltando a importância da transmissão contínua de habilidades e conhecimentos entre gerações. Contudo relata também que o cenário é desconhecido e que existem poucas e esparsas informações sobre essa atividade geradora de renda.

Apesar da reconhecida importância das comunidades costeiras e insulares para a preservação ambiental e cultural da região, Anacleto e Bornancin (2018) alertam para a escassez de estudos que documentem estratégias específicas de desenvolvimento sustentável voltadas para a produção em ambientes insulares. Os autores enfatizam a necessidade de uma abordagem integrada que considere os fatores econômicos, sociais e ambientais na gestão do artesanato.

A elaboração de diagnósticos é uma etapa essencial nos processos de planejamento e análise de realidades sociais, econômicas e ambientais, especialmente em comunidades tradicionais. Diagnósticos bem estruturados não apenas permitem o reconhecimento de potencialidades e fragilidades locais, mas também subsidiam a formulação de políticas públicas mais adequadas e a adoção de estratégias coerentes com os modos de vida e os saberes das populações envolvidas. Segundo Denyer e Tranfield (2009), os diagnósticos baseados em revisão sistemática possibilitam identificar lacunas no conhecimento científico e fornecer subsídios concretos para ações

fundamentadas, além de promoverem uma compreensão crítica sobre os desafios enfrentados em contextos específicos. No caso das comunidades costeiras e insulares, esse tipo de investigação contribui para dar visibilidade às suas dinâmicas produtivas e aos conflitos socioambientais que enfrentam, favorecendo a construção de alternativas sustentáveis e integradas.

Além disso, a produção de diagnósticos permite que as vozes e percepções das comunidades locais sejam incorporadas aos processos decisórios, fortalecendo o protagonismo dessas populações e a valorização do conhecimento tradicional. Conforme aponta Cavalcante (2016), a ausência de diagnósticos específicos sobre comunidades artesãs litorâneas resulta na invisibilidade dessas populações nas esferas de decisão pública e dificulta a implementação de ações de apoio que considerem suas especificidades culturais e ambientais. Nesse sentido, o diagnóstico atua como uma ferramenta estratégica para orientar ações intersetoriais voltadas ao desenvolvimento sustentável, garantindo a preservação do território, da cultura e das formas de produção que compõem o modo de vida dessas comunidades. A sistematização dessas informações é, portanto, fundamental para a efetivação de políticas que promovam o equilíbrio entre conservação ambiental, justiça social e o fortalecimento da economia local.

Em ilhas costeiras, onde a pesca artesanal e o artesanato são partes importantes da economia local, Wilke e Silva (2022) destacam a importância de estratégias de comercialização eficientes, argumentando que a produção artesanal deve se conectar com o mercado consumidor sem prejudicar a sustentabilidade ambiental.

No entanto, poucos estudos examinam como essas comunidades podem equilibrar o uso de recursos naturais com a produção artesanal em um contexto de sustentabilidade econômica. Almeida e Kan (2016) observam que as atividades tradicionais enfrentam desafios como a desvalorização social e a migração dos jovens para outras profissões, consideradas mais promissoras.

A elaboração de diagnósticos que evidenciem os possíveis caminhos para o desenvolvimento pode ser realizada de diversas formas. No entanto, Denyer e Tranfield (2009) sugerem que a revisão sistemática da literatura pode oferecer uma visão ampla do conhecimento disponível, destacando as

oportunidades e obstáculos que essas comunidades encontram em relação ao artesanato. Os autores ressaltam que este tipo de análise visa identificar dificuldades, estratégias e tendências sob uma perspectiva científica.

Diante do exposto, esta revisão sistemática de literatura teve como objetivo levantar e analisar as produções científicas relacionadas à produção artesanal nas comunidades costeiras e insulares, a fim de subsidiar futuras discussões e novas pesquisas sobre a temática.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo pautou-se em uma revisão da literatura científica especializada, com foco em pesquisas que abordassem a produção artesanal em comunidades costeiras e insulares, sob uma abordagem quali-quantitativa.

De modo similar ao proposto por Ferreira (2002) e Pereira (2010), a pesquisa foi realizada com um recorte temporal dos últimos dez anos, a fim de refletir as condições e a realidade vivenciadas pelas pessoas envolvidas com a produção artesanal.

Para o levantamento das informações, foram utilizadas as plataformas de base de dados científicos *Scielo*, *Web of Science* e *Scopus*, por consistirem em relevantes periódicos de diferentes áreas de conhecimento, do Brasil e de outros países. A pesquisa foi realizada entre agosto a dezembro de 2024, por meio de combinações variadas dos seguintes descritores em língua portuguesa: “artesanato”, “ilhas”, “insulares”, “costeiras” e “desenvolvimento sustentável”. Posteriormente, em língua inglesa, a string de busca utilizada foi: (“handcraft” OR “handmade”) AND (“communit*” AND “island” AND “sustainability”).

As fases da coleta de dados seguiram o procedimento PRISMA (Preferred Reporting Item for Systematic Reviews and Meta-Analysis), proposto por Moher *et al.* (2011), que visa à efetividade por meio da adoção de etapas bem definidas. A abordagem consiste em: identificar estudos pertinentes, avaliá-los com base em critérios de inclusão e exclusão, e, por fim, analisar a qualidade e aplicabilidade dos estudos selecionados.

Conforme recomendado por Zupic e Čater (2015), utilizou-se o software gratuito de gerenciamento de referências Mendeley, que permitiu a

organização das fontes consultadas, simplificando o armazenamento e estruturação das referências identificadas.

As buscas identificaram 130 estudos. Desses, 24 foram removidos por duplicidade e 7 por não atenderem aos critérios de inclusão. Dos restantes, 46 trabalhos foram excluídos por apresentarem critérios de qualidade inadequados (como trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses), visto que o objetivo era analisar publicações científicas em periódicos. Ao final foram selecionados 40 artigos, que foram categorizados por similaridades ou discrepâncias e agrupados de forma abrangente nas temáticas prioritárias temáticas reveladas nos resultados.

A análise bibliométrica, de acordo com o recomendado por Tranfield, *et al.* (2003), foi realizada com o software Bibliometrix, utilizando o aplicativo Biblioshiny no programa RStudio.

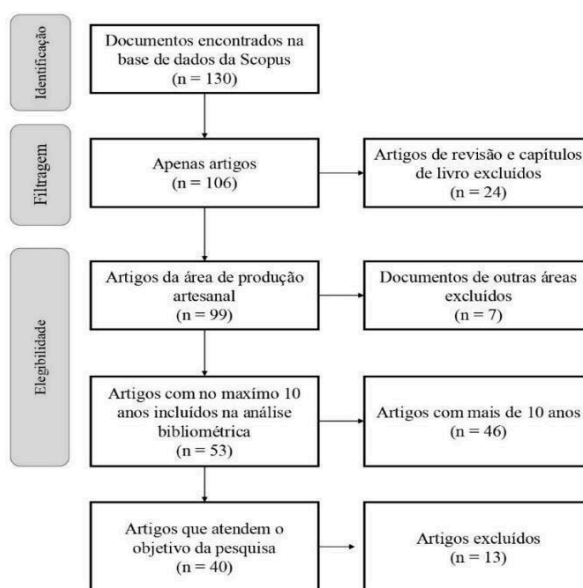
Essa ferramenta torna mais fácil a análise de redes, a elucidação de palavras-chave e a identificação de tendências, além de permitir a criação de gráficos, mapas de citação e análise de tópicos emergentes. Ao medir quantitativamente a produção científica, a análise forneceu uma visão ampla do desenvolvimento histórico da área, permitindo mapear redes de colaboração e identificar tópicos emergentes. Segundo Mingers e Leydesdorff (2015), a avaliação da produtividade científica ao longo do tempo é fundamental para entender a progressão e o crescimento de um campo de pesquisa, refletindo os interesses e a competência da comunidade acadêmica.

A análise de conteúdo, seguindo as proposições de Camargo (2013), foi realizada com o software IRAMUTEQ. A partir da base de dados do estudo, os títulos e os resumos dos artigos foram organizados em uma planilha, transformados em formato TXT e processados pelo programa. Nesse processo foram evidenciados os padrões de discurso relacionados à produção artesanal, à sustentabilidade e às comunidades insulares, o que resultou na elaboração de um dendrograma.

3.2 RESULTADOS

A pesquisa com o uso dos descritores identificou um total de quarenta e sete artigos, os quais foram publicados em revistas indexadas pelo sistema de revisão por pares "duplo cego" (double blind peer review) (Figura 1).

Figura 2 - Representação sistemática do percurso metodológico do processo da revisão

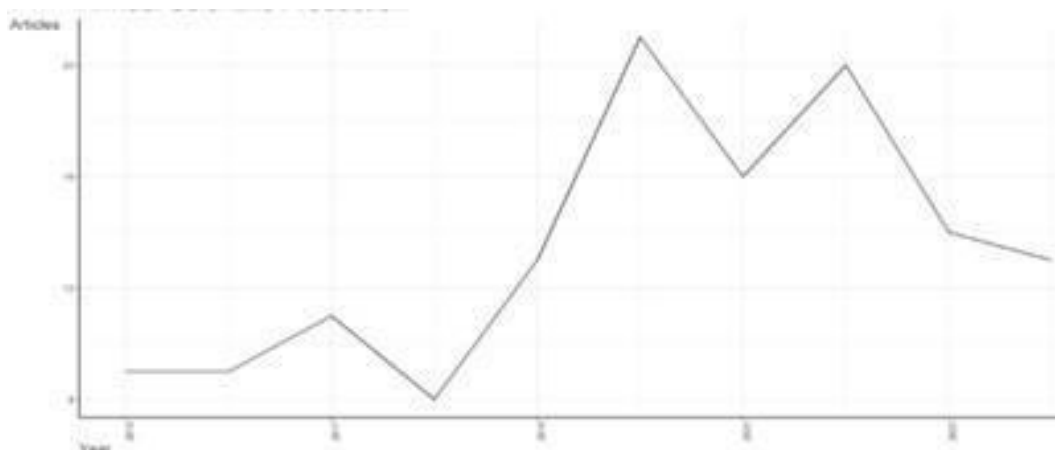


Fonte: Adaptado de Anacleto *et al.* (2021).

A variação do número de artigos publicados na última década (Figura 2) revela que houve uma estabilidade inicial entre 2015 a 2016, com média anual de oito publicações. No entanto, no período seguinte (2017-2019) observou-se um crescimento progressivo na produção científica, que alcançou o ápice em 2019, com mais de vinte artigos publicados. Esse aumento pode sinalizar um maior interesse pela temática, possivelmente em decorrência de novos debates globais ou de avanços metodológicos adaptados à área. Contudo, após 2019, ocorreu um declínio no número anual de publicações relacionadas à temática, o que pode estar associado à saturação do assunto, resultando em menor quantidade de descobertas originais ou ao início da crise mundial relacionada à síndrome respiratória aguda grave (SARS).

Figura 3 – Gráfico da evolução na última década da produção científica relacionada à produção artesanal nas comunidades costeiras e

insulares



Fonte: Elaborada pela autora (2025)

A tendência atual indica que, a partir de 2023, a produção mostra sinais ainda mais acentuados de declínio. Isso pode indicar que o campo de pesquisa passa por um período de menor atividade, no qual progressos significativos são mais raros, representando um período de reflexão e aprimoramento por parte dos pesquisadores. No entanto, a área de estudo ainda pode ser considerada promissora.

No que tange à quantidade de produção científica sobre o artesanato em ilhas, o Brasil se destaca como o país que mais contribuiu, refletindo sua importância em campos como a biodiversidade, a saúde pública e as novas tecnologias.

Figura 4 - Distribuição da produção científica no mundo relacionada à produção artesanal nas comunidades costeiras e insulares



Tons de azul mais fortes indicam maior concentração de publicações sobre a temática.

Apesar de o Brasil liderar a produção científica sobre a temática, outros países, como Estados Unidos, China, França e Alemanha, também fizeram contribuições significativas. A presença de nações avançadas e emergentes indica que a pesquisa possui relevância global, sendo debatida em diversos contextos.

De acordo com Bornmann e Mutz (2015), a localização geográfica da produção científica evidencia a propagação mundial do saber e ressalta como determinados países atuam como grandes núcleos de pesquisa. Tais concentrações podem ocorrer por incentivos econômicos, apoio institucional à ciência ou necessidades das comunidades, o que é similar ao caso das comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá.

O estudo revelou que, apesar das revistas nas quais os manuscritos foram publicados apresentarem alto impacto científico, não houve, em relação à produção artesanal nas comunidades costeiras e insulares, o predomínio de nenhum periódico científico específico, nem tampouco de autores que pudessem ser classificados como referência na temática.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é uma forma de análise textual cuja finalidade é classificar segmentos de texto em classes com vocabulário internamente semelhante e externamente distinto. Dessa forma, as classes de palavras se associam por seus significados. A aplicação dessa análise ao corpus textual (Figura 4) possibilitou uma avaliação mais minuciosa e categorizada dos artigos.

Os resultados indicaram três categorias principais, definidas com base na análise, que representam os elementos centrais dos estudos sobre a temática, a saber: empoderamento feminino, sustentabilidade ecológica e progresso local.

Figura 5 - Dendrograma do corpus textual analisado.



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A análise da inter-relação entre essas categorias (Quadro 1) revelou uma série de fatores que merecem atenção da comunidade científica, dos gestores de políticas públicas e da própria comunidade, que deve estar atenta à busca por soluções organizadas para seus problemas.

Quadro 1 - inter-relação entre as categorias segmentadas na produção artesanal em comunidades costeiras e insulares

Empoderamento Feminino	Sustentabilidade Ecológica	Progresso Local
Papel das mulheres no artesanato	Gestão sustentável de recursos naturais	Preservação de práticas tradicionais
Autonomia financeira	Sabedoria ecológica tradicional	Integração de métodos modernos e tradicionais
Identidade cultural e ativismo	Conservação da biodiversidade	Adaptação ao mercado contemporâneo
Redes de apoio e colaboração	Uso de plantas e fibras nativas	Valorização do patrimônio cultural
Capacitação e habilidades	Práticas de turismo sustentável	Estrutura de suporte ao artesanato

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Os estudos investigados apontam questões para futuras pesquisas, com maior ênfase no empoderamento feminino, na sustentabilidade ambiental e no progresso local. A partir disso, podem ser propostas estratégias práticas para lidar com os desafios dessas comunidades no que tange à produção artesanal.

Quadro 2 - Proposições de novos estudos relacionados à produção artesanal comunidades costeiras e insulares

Cluster	Questões Futuras	Proposta Metodológica
Empoderamento feminino	Como a produção artesanal pode ser uma ferramenta de empoderamento econômico em comunidades costeiras e insulares?	Estudo de caso etnográfico, pesquisa qualitativa com entrevistas e grupos focais para entender o impacto do artesanato no empoderamento econômico feminino. A coleta de dados pode incluir compreender as percepções das mulheres e os desafios enfrentados.
Sustentabilidade e ecológica	Quais práticas sustentáveis de uso de recursos naturais podem ser implementadas em escala maior?	Estudo longitudinal, métodos de observação e análise de dados quantitativos com análise de intervenção, pesquisa experimental implementando práticas sustentáveis e monitorando o impacto ambiental e econômico ao longo do tempo.
Progresso local	Como garantir a continuidade das práticas tradicionais frente às mudanças econômicas globais?	Pesquisa-ação participativa, workshops colaborativos e entrevistas, investigando estratégias que conciliam as práticas tradicionais com demandas contemporâneas. A pesquisa incluiria soluções práticas que respeitem as tradições e promovam a sustentabilidade econômica.

Fonte: elaborada pela autora (2025)

3.3 DISCUSSÃO

3.3.1 PRODUÇÃO ARTESANAL, SUSTENTABILIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA: Empoderamento feminino como eixo estruturante

A análise bibliográfica evidenciou o empoderamento feminino como categoria central na literatura sobre produção artesanal em comunidades tradicionais. Esse achado desloca o artesanato de uma interpretação meramente estética ou patrimonial para situá-lo como mecanismo de agência, autonomia e inserção socioeconômica de mulheres em contextos periféricos e territorializados.

O empoderamento, conforme proposto por Kabeer (1999), refere-se ao processo no qual indivíduos anteriormente limitados em sua capacidade de escolha passam a acessar recursos, tomar decisões e transformar resultados. Sob essa perspectiva, a produção artesanal atua como dispositivo que amplia o raio de ação das mulheres em esferas que ultrapassam a gestão doméstica, alcançando circuitos de renda, reconhecimento e participação comunitária.

A literatura analisada demonstra que, em comunidades costeiras e insulares, o artesanato feminino contribui para o desenvolvimento comunitário ao articular dimensões econômicas, políticas e socioculturais. Egwutvongsa et al. (2021) mostram que a agregação de valor a recursos locais – muitas vezes invisibilizados enquanto mercadoria – produz alternativas de renda capazes de garantir estabilidade financeira, ao mesmo tempo em que fortalece identidades e expressões criativas.

Contudo, o empoderamento não se configura como trajetória linear ou expansiva. Leguía et al. (2021) apontam barreiras estruturais persistentes, como dificuldades de acesso a mercados formais, desvalorização do trabalho artesanal e limitações logísticas. Essas barreiras evidenciam o que Saffioti (2004) denomina divisão sexual do trabalho, que atribui à mulher funções produtivas e reprodutivas simultâneas, frequentemente sem reconhecimento social ou retribuição proporcional.

Em contrapartida, a ação coletiva emerge como antítese desses entraves. Autoras como Reyes-Samilpa (2020) descrevem experiências cooperativas nas quais mulheres de diferentes faixas etárias se organizam para negociar preços, escoar produção e defender o território. Esses mecanismos aproximam o artesanato

do campo da economia solidária e ativam o que Federici (2017) conceitua como economia da reprodução social – na qual o trabalho feminino sustenta a vida comunitária e produz resistência cotidiana.

A divisão de funções produtivas, frequentemente observada na literatura, também reforça a feminização do artesanato. Macbeth (2015) e Reyes-Samilpa (2020) relatam que mulheres concentram-se nos processos de fabricação, enquanto homens assumem etapas relacionadas à extração e preparação de matéria-prima, revelando arranjos produtivos híbridos entre o doméstico e o comunitário.

Além de ampliar a autonomia financeira, o artesanato modifica a posição das mulheres nos ciclos produtivos locais, especialmente em períodos climáticos adversos. Cavalcante (2016) demonstra que, em ilhas e comunidades costeiras, o artesanato assegurou a manutenção das famílias quando a pesca ou o transporte marítimo foram inviabilizados, evidenciando o entrelaçamento entre trabalho feminino, ecologia e reprodução da vida.

As tendências identificadas na literatura revelam ainda um processo contínuo de inovação estética e econômica. Lis (2017) destaca o papel da criatividade e do capital cultural comunitário nas estratégias de diferenciação do produto, enquanto Perez-Valladares et al. (2020) apontam o crescimento da produção de peças menores, mais complexas e de maior valor agregado. Essa evolução indica a passagem de um artesanato voltado à subsistência para um artesanato orientado ao mercado, sem ruptura com o repertório cultural tradicional.

Por fim, Sreemoon et al. (2024) ressaltam que o reposicionamento do artesanato feminino no mercado depende do equilíbrio entre preservação cultural e inovação formal, reforçando que o empoderamento não é apenas econômico, mas simbólico e político, dado que reconfigura o lugar da mulher no território e nos circuitos comunitários de sustentabilidade.

3.3.2 Sustentabilidade ecológica e manejo de recursos

A literatura também evidencia que a sustentabilidade, sobretudo em sua dimensão ecológica, está associada aos processos de produção artesanal em comunidades costeiras e insulares. Nesse contexto, o uso de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), conforme descrito por Perez-Valladares et al. (2020),

emerge da sabedoria ancestral e configura-se como estratégia de manejo sustentável, articulando conservação da biodiversidade e reprodução cultural.

Entretanto, a sustentabilidade não se traduz automaticamente em práticas harmoniosas entre sociedade e natureza. Tsantini et al. (2017) destacam que técnicas de gestão de recursos tornam-se de difícil observação e rastreamento, enquanto Binnui e Iamsaard (2024) apontam que legislações de defesa do consumidor e a ausência de lideranças técnicas podem limitar iniciativas de turismo sustentável. Esses elementos revelam que a produção artesanal encontra-se atravessada por constrangimentos normativos, tecnológicos e políticos que tensionam a capacidade das comunidades de gerir seus recursos.

Autores como Cárdenas et al. (2022) enfatizam que restrições de mercado e ausência de regulamentação ambiental dificultam a certificação de produtos artesanais, especialmente quando associados ao extrativismo de PFM. Aqui se observa a dialética tese-antítese: se por um lado o saber ecológico tradicional fundamenta práticas sustentáveis (tese), por outro lado o aparato regulatório e mercantil restringe seu pleno desenvolvimento (antítese), revelando contradições entre valorização cultural e exigências de mercado.

Nesse sentido, Almeida e Kan (2016) defendem que estratégias de sustentabilidade ecológica devem combinar conhecimento tradicional e práticas contemporâneas de manejo, reconhecendo a relação simbiótica entre comunidades tradicionais e seu território. A sustentabilidade deixa, portanto, de ser apenas uma meta normativa e passa a constituir um processo de coprodução territorial que envolve negociação, participação e tomada de decisão compartilhada.

Henrique et al. (2016) argumentam que a sustentabilidade ecológica depende de coordenação estratégica entre artesãos, comerciantes e instituições, bem como da criação de ambientes colaborativos capazes de integrar novos conhecimentos sem ruptura com o repertório tradicional. Iniciativas como rastreabilidade de matéria-prima e incorporação de tecnologias de monitoramento são mencionadas por Si et al. (2019) como práticas em ascensão que buscam garantir transparência e sustentabilidade na cadeia produtiva.

Essa literatura revela uma transição gradual de sistemas domésticos não padronizados para arranjos produtivos mais estruturados, capazes de ampliar a resiliência comunitária e a preservação da biodiversidade (Kaya, 2015; Fragnoli et al., 2018). Contudo, tais avanços permanecem desigualmente distribuídos, o que

reforça a necessidade de análises que considerem as especificidades regulatórias, territoriais e culturais dos contextos em que o artesanato se insere.

3.3.3 Progresso local, modernização e conflitos territoriais

A literatura analisada indica que o "progresso local" constitui categoria ambígua e potencialmente contraditória no âmbito das comunidades costeiras e insulares. Se, por um lado, o progresso é associado à inovação técnica, diversificação produtiva e ampliação de mercados, por outro, configura tensões com práticas tradicionais, patrimônio biocultural e formas de vida territorializadas.

Reyes-Samilpa (2020) demonstra que a continuidade ou ruptura de práticas artesanais está frequentemente vinculada aos efeitos culturais e econômicos gerados pela ação criativa das artesãs, o que situa o artesanato como elemento central da disputa entre tradição e modernização. Essa disputa torna-se mais evidente quando analisadas as dimensões métricas do desenvolvimento: Huysman et al. (2015) destacam que os indicadores econômicos convencionais não capturam a complexidade dos recursos e dos arranjos comunitários, restringindo o reconhecimento institucional de formas de produção baseadas em saberes tradicionais.

As pressões sobre o patrimônio biocultural tornam a discussão ainda mais complexa. Leguía et al. (2021) e Mathiudakis et al. (2022) sinalizam que projetos de infraestrutura, extrativismo e turismo massivo podem acelerar a erosão cultural, especialmente em contextos nos quais ofícios, técnicas e repertórios simbólicos não são documentados ou protegidos. A ausência de políticas culturais e patrimoniais integradas amplia a vulnerabilidade dessas comunidades frente ao mercado global de produtos culturais.

Contudo, o turismo — frequentemente apresentado como ameaça à autenticidade — também se revela como vetor de continuidade cultural. Hettiarachchi et al. (2023) observam que, embora o turismo de massa possa gerar descaracterização estética e pressão sobre os recursos, também cria nichos de demanda e possibilita a diversificação produtiva, evidenciando a dialética tese–antítese entre valorização e mercantilização.

As transformações atribuídas à modernização não se restringem aos objetos

artesanais, mas atingem o território. Cavalcante (2016) argumenta que a modernização converteu relações concretas com o território em relações simuladas, deslocando o artesanato de seu contexto de pertencimento e introduzindo novos circuitos econômicos mediados por plataformas digitais, intermediários comerciais e estratégias de marketing territorial.

Após a crise mundial da SARS, Binnui e Iamsaard (2024) apontam que o comportamento do consumidor sofreu mudanças significativas, impulsionando a adoção de canais digitais, estratégias de engajamento e novas linguagens de mercado. Essas tendências indicam que comunidades tradicionais passaram a articular métodos artesanais com formas contemporâneas de distribuição, criando arranjos híbridos que conectam produção manual, identidade territorial e consumo global.

O estudo de Buduson (2022) complementa essa interpretação ao demonstrar que a integração entre métodos tradicionais e tecnologias modernas pode favorecer a preservação do conhecimento ancestral e ampliar o alcance mercadológico do artesanato. Esse movimento configura uma síntese possível entre tradição e modernização, reforçando que o "progresso local" não se apresenta como trajetória linear, mas como campo de negociação entre inovação, mercado e proteção cultural.

Esse conjunto de evidências aproxima o artesanato dos debates sobre conflitos territoriais, uma vez que as disputas associadas ao progresso local envolvem definições sobre quem decide, para quem se decide e com que finalidade se decide o destino dos territórios e de seus patrimônios culturais. Trata-se, portanto, de um tensionamento que articula dimensões econômicas, culturais e políticas e que prepara o terreno para a análise da relação entre produção artesanal, desenvolvimento sustentável e conflitos socioambientais.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada por meio da Classificação Hierárquica Descendente permitiu identificar três eixos estruturantes da literatura sobre produção artesanal em comunidades costeiras e insulares: (i) empoderamento feminino, (ii) sustentabilidade ecológica e (iii) progresso local. Tais eixos não aparecem de forma isolada, mas operam de maneira interdependente e dialética, articulando dimensões econômicas, culturais, ambientais e territoriais.

O empoderamento feminino emergiu como categoria central, evidenciando que a atividade artesanal constitui uma das principais vias de autonomia econômica para mulheres em contextos periféricos e geograficamente isolados. Para além do rendimento monetário, a literatura aponta que o artesanato promove agência social, fortalecimento dos vínculos comunitários e ampliação das redes de cooperação, produzindo capacidades coletivas associadas à reprodução da vida comunitária. A atividade artesanal, nesse sentido, reforça o protagonismo das mulheres nos circuitos produtivos locais e contribui para o fortalecimento da economia comunitária.

A sustentabilidade ecológica, por sua vez, destacou o papel dos saberes tradicionais na gestão dos recursos naturais, bem como a importância da conservação ambiental para a manutenção das bases produtivas do artesanato. As práticas de manejo, coleta e transformação de matérias-primas demonstram que o uso de recursos locais não se restringe ao aspecto material, mas constitui dimensão simbólica do território e do patrimônio biocultural. A literatura também demonstrou que, embora o uso sustentável represente uma potencial vantagem competitiva, ele enfrenta barreiras regulatórias, mercadológicas e tecnológicas associadas à certificação, rastreabilidade e adequação às normas ambientais.

O progresso local apresentou-se como categoria ambivalente. Enquanto alguns estudos o associam à diversificação produtiva, ampliação dos mercados e modernização dos processos, outros destacam seu caráter tensionador, capaz de gerar conflitos entre modernização, tradição e conservação cultural. O turismo aparece como fenômeno exemplar dessa ambiguidade, podendo simultaneamente ameaçar e viabilizar a continuidade cultural. Em todos os casos, observa-se que o progresso local está intrinsecamente relacionado à capacidade das comunidades de negociar sentidos de território, valor cultural e inserção mercadológica.

A partir da inter-relação desses eixos, torna-se evidente que a produção artesanal opera como vetor estratégico para o desenvolvimento comunitário, mas também como campo de negociação entre conservação ambiental, subsistência e mercado. Nessa perspectiva, destaca-se a importância da sabedoria ecológica tradicional, entendida como o conjunto de conhecimentos ancestrais sobre manejo, coleta e uso de recursos naturais. Tal saber constitui um instrumento fundamental para a sustentabilidade, pois contribui para a preservação da biodiversidade e permite que as práticas artesanais atuem positivamente na conservação da flora e da fauna locais.

O progresso local, por sua vez, mostrou-se fortemente relacionado à manutenção das práticas tradicionais e à combinação com métodos modernos, fatores cruciais para a preservação cultural. Essa articulação não apenas garante a subsistência econômica, como também assegura o patrimônio cultural das comunidades. Assim, a integração entre técnicas contemporâneas e conhecimentos tradicionais se apresenta como alternativa viável para aumentar a competitividade do artesanato, preservando simultaneamente sua essência.

Além disso, o artesanato nessas regiões caracteriza-se pelo uso de matérias-primas locais, como fibras vegetais e argilas, e por técnicas transmitidas entre gerações. Essas práticas valorizam os saberes tradicionais e constituem base essencial da economia local, promovendo autonomia e fortalecendo comunidades inseridas em contextos de vulnerabilidade social e isolamento geográfico.

Os estudos apontam que um possível avanço na cadeia produtiva do artesanato consiste no incentivo à certificação de produtos e no comércio justo, mecanismos que agregam valor simbólico e monetário, ampliam o mercado consumidor e reduzem impactos ambientais, contribuindo para a preservação da biodiversidade.

Por fim, a análise evidenciou que os impactos das práticas artesanais sobre o ecossistema podem ser positivos, ao promover o uso sustentável dos recursos, mas também desafiadores, quando há sobrecarga de extração e ausência de políticas adequadas de manejo. Desse modo, torna-se indispensável um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, condição que pode orientar estratégias mais robustas de consolidação da sustentabilidade no setor artesanal.

Adicionalmente, os estudos ressaltam a centralidade da sabedoria ecológica tradicional, destacando como o saber ancestral das comunidades sobre a gestão e a utilização dos recursos naturais constitui um instrumento fundamental para a sustentabilidade. Este conhecimento contribui para a preservação da biodiversidade, permitindo que práticas artesanais atuem diretamente na conservação da flora e da fauna locais. Essa forma de gestão ambiental, ancorada em práticas transmitidas geracionalmente, evidencia que o uso sustentável dos recursos não deriva apenas de normativas legais, mas também de racionalidades ecológicas construídas historicamente.

O progresso local mostrou-se fortemente relacionado à manutenção de práticas tradicionais e à integração com métodos modernos de produção, fatores

cruciais para a preservação da cultura. Essa união não apenas assegura a subsistência econômica, mas também protege o patrimônio cultural das comunidades, reforçando o artesanato como tecnologia social de resistência. Assim, a combinação entre métodos tradicionais e modernos desponta como alternativa concreta para ampliar a competitividade do artesanato, preservando simultaneamente sua essência simbólica e material.

O artesanato nessas regiões caracteriza-se pelo uso de matérias-primas locais, como fibras vegetais e argilas, bem como por técnicas de produção transmitidas entre gerações. Tais práticas fortalecem os saberes tradicionais e são fundamentais para a economia local, promovendo autonomia e consolidando estratégias comunitárias de reprodução social, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioambiental.

Entre os caminhos potenciais para o aprimoramento da cadeia produtiva artesanal, destaca-se o incentivo à certificação de produtos e ao comércio justo, mecanismos que agregam valor, ampliam o mercado consumidor e mitigam impactos ambientais. Ao fazê-lo, contribuem para a preservação da biodiversidade e para a consolidação de modelos produtivos ancorados na sustentabilidade.

Por fim, observou-se que os impactos das práticas artesanais sobre o ecossistema local podem ser simultaneamente positivos e desafiadores. Embora o uso sustentável dos recursos seja um ponto forte da atividade, a sobrecarga na extração de matérias-primas e a ausência de políticas específicas de manejo constituem riscos reais. Nesse sentido, torna-se necessário um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, de modo a orientar estratégias que consolidem a sustentabilidade no setor artesanal e garantam a continuidade das comunidades que dele dependem.

4 PRODUÇÃO ARTESANAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A REALIDADE DAS COMUNIDADES INSULARES NA BAÍA DE PARANAGUÁ

O artesanato é uma das mais antigas expressões da criatividade humana, presente nas mais diversas culturas ao redor do mundo. Ele representa não apenas a produção de objetos utilitários ou decorativos, mas a materialização de saberes, crenças e tradições transmitidas entre gerações. Em várias partes do mundo, o artesanato ocupa papel de destaque como símbolo de identidade nacional, além de ser uma fonte de geração de renda e fortalecimento da economia criativa (Sreemooon; Aunsuchat, 2024; Reyes-Samilpa *et al.*, 2020).

O artesanato no Brasil é diverso e expressa a pluralidade cultural que marca o território nacional. Manifestações artesanais indígenas, afro-brasileiras, sertanejas, caiçaras e urbanas coexistem em distintas regiões, revelando um mosaico de técnicas, estilos e finalidades. O artesanato brasileiro, além de constituir uma atividade econômica relevante, é parte essencial do patrimônio imaterial do país.

No litoral do Paraná, a expressão cultural oriunda do artesanato ganha contornos singulares nas comunidades tradicionais, especialmente nas comunidades caiçaras, onde a atividade se associa à vida cotidiana, ao extrativismo e à relação íntima com o ambiente natural (Diegues, 1983b; Anacleto; Bornancin, 2018).

Especificamente no que se concerne à produção artesanal em ambientes insulares, o litoral paranaense apresenta especificidades importantes, pois está fortemente associada à disponibilidade de recursos naturais locais. Práticas como a confecção de biojoias com sementes, a cestaria com cipó-preto e taquara, a produção de utensílios de madeira e o artesanato com conchas refletem não apenas um saber-fazer tradicional, mas também uma estratégia de resistência diante dos impactos da modernização e das pressões socioambientais (Wilke; Silva, 2022; Pellizzari, 2021).

A Baía de Paranaguá abriga comunidades tradicionais cuja produção artesanal reflete saberes ancestrais e uma relação sensível com o meio

ambiente. Segundo Wilke *et al.* (2023), as comunidades preservam técnicas transmitidas entre gerações, combinando habilidades manuais com o uso dos recursos naturais.

A produção artesanal, historicamente enraizada nas práticas familiares, revela-se um elemento essencial da identidade e da subsistência local. Desde a infância, os moradores dessas comunidades são inseridos em atividades manuais herdadas de seus antepassados, integrando o saber-fazer tradicional à rotina doméstica e econômica. Esse conhecimento torna-se ainda mais relevante em períodos de crise, quando a produção artesanal contribui para a complementação da renda e, em muitos casos, para a garantia da segurança alimentar. Bassi *et al.* (2017) reforçam essa perspectiva ao destacar que, em momentos de instabilidade econômica, o artesanato representa uma alternativa viável de geração de recursos.

Michaliszyn e Anacleto (2024) explicam que a tradição nas comunidades insulares é sustentada por uma transmissão oral contínua de saberes, ritos, costumes e práticas sociais que atravessam gerações, inclusive nos territórios litorâneos e remotos do Paraná. Nesse sentido, além da pesca, as comunidades mantêm uma relação profunda com a terra e a produção artesanal típica da região.

Apesar da relevância dessas práticas, os estudos científicos voltados à produção artesanal nas comunidades insulares no litoral do Paraná ainda são escassos. A literatura tem priorizado outras dimensões, como turismo, pesca e preservação ambiental, deixando em segundo plano o papel estratégico do artesanato na dinâmica social e econômica dessas populações (Scheuer *et al.*, 2023). Essa lacuna compromete a formulação de políticas públicas eficazes e o desenvolvimento de ações de valorização e apoio aos artesãos locais. Como destacam Ferreira *et al.* (2011), comunidades tradicionais, sobretudo as mais isoladas, tendem a permanecer “invisíveis” para o poder público, o que reforça desigualdades históricas e limita as possibilidades de desenvolvimento territorial sustentável.

Diante desse contexto, esta etapa do estudo teve como objetivo organizar uma análise prospectiva da produção artesanal nas comunidades costeiras e insulares do litoral do Paraná, evidenciando as limitações e as possibilidades de desenvolvimento.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Baía de Paranaguá apresenta inúmeras comunidades insulares, que englobam grande riqueza natural e cultural e possuem forte contexto na produção artesanal. Assim, o estudo foi realizado nas comunidades de Amparo, Eufrasina, São Miguel, Piaçaguera, Ilha de Teixeira e Ponta de Ubá. As famílias residentes nessas comunidades, além da produção artesanal, também se dedicam à pesca, à produção de alimentos de subsistência (como arroz, mandioca, frutas e hortaliças) e a criação de pequenos animais para consumo familiar, como galinhas e porcos.

A coleta de dados, realizada entre abril de 2024 e dezembro de 2024, visou elaborar um diagnóstico relativo às 42 famílias produtoras de artesanato na Baía de Paranaguá (PR), a fim de verificar suas percepções sobre fatores econômicos e culturais, evidenciando os conflitos socioambientais existentes.

A primeira fase referiu-se à realização de uma pesquisa exploratória descritiva, de natureza quanti-qualitativa, visto que a coleta de dados foi baseada na autopercepção dos envolvidos com a produção artesanal, visando à estatísticas descritiva na fase inicial.

A coleta de dados de campo foi realizada com auxílio de um questionário semiestruturado, preenchido durante a entrevista (Vergara, 2015). As entrevistas ocorreram nos locais de residência dos artesãos que concordaram voluntariamente em participar do estudo.

Inicialmente, os entrevistados responderam a perguntas sobre o perfil socioeconômico, como faixa etária, tempo de atuação na produção artesanal, tipos de artesanato produzidos e principais produtos comercializados.

A segunda fase da coleta de dados foi caracterizada pela aplicação do Método Delphi para analisar o cenário do artesanato na Baía de Paranaguá, buscando um consenso qualificado entre especialistas sobre os desafios, as oportunidades e as perspectivas da atividade.

A aplicação do Método Delphi seguiu os preceitos de Luna-Reyes e Andersen, (2003), que descrevem a metodologia como sendo uma abordagem estruturada baseada em rodadas sucessivas de investigações, permitindo a convergência de opiniões e a identificação de fatores críticos.

Essa metodologia é especialmente eficaz em contextos nos quais o conhecimento empírico é fragmentado e há carência de dados sistematizados, como no caso do artesanato tradicional. O artesanato na Baía de Paranaguá apresenta limitações estruturais e organizacionais, o que exige uma análise aprofundada das dinâmicas de mercado, da sustentabilidade, da governança e da identificação dos conflitos a serem solucionados para seu fortalecimento.

A seleção dos participantes do painel foi realizada com base em critérios rigorosos, garantindo a representatividade dos principais atores envolvidos na cadeia de valor do artesanato. Foram incluídos artesãos da região e pesquisadores da área de desenvolvimento sustentável (Figura 6).

Figura 6 - Reunião nas comunidades para coleta de dados



Fonte: acervo privado da autora (2024)

A falta de articulação entre os agentes do artesanato local compromete a competitividade do setor e sua valorização. Dessa forma, a composição do grupo de especialistas considerou a diversidade de perfis, equilibrando a amostra em termos de experiência profissional, tempo de atuação e envolvimento em estudos relacionados.

A coleta de dados ocorreu entre abril e dezembro de 2024 e contou com duas rodadas sucessivas de questionários, que combinaram perguntas

abertas e fechadas para refinar progressivamente as respostas. Essa estrutura iterativa é uma das principais características do Método Delphi, pois permite o refinamento contínuo das percepções dos especialistas (Hasson; Keeney; Mckenna, 2000).

Os especialistas priorizaram as categorias mais relevantes para o fortalecimento da atividade. Com base nesses dados, foram construídos os diagnósticos, posteriormente apresentados à comunidade para a consolidação das respostas, permitindo ajustes e validação da realidade vivenciada. Esse processo garantiu maior precisão na identificação dos gargalos e potenciais estratégias de aprimoramento.

Especificamente sobre a questão dos conflitos ambientais relacionados às comunidades costeiras e insulares, e de modo similar ao proposto por Hasson, Keeney, Mckenna (2000), foi elaborada uma matriz de impacto cruzado com as informações do contexto em que estão inseridas.

Após a finalização da coleta de dados, adotou-se a análise interpretativa e de conteúdo para categorização dos elementos-chave mencionados pelos especialistas e pela comunidade. Essa análise garantiu uma visão abrangente e fundamentada sobre as dinâmicas do artesanato na Baía de Paranaguá, incluindo seus pontos fortes, desafios e possíveis estratégias de fortalecimento, bem como sobre os problemas socioambientais, conforme a proposição de Skulmoski *et al.* (2007).

4.2 RESULTADOS

O estudo revelou que, entre os entrevistados nas ilhas, a atividade artesanal, em sua maioria, é exercida por mulheres (60%), que são classificadas como referências na confecção dos produtos revelou-se também que a maioria dos entrevistados (80%) possui escolaridade limitada, com ensino fundamental incompleto.

A pesquisa de campo revelou que a produção e o comércio de produtos artesanais típicos englobam: cestarias com cipó-preto e taquara (como balaios, bolsas e móveis); produção de farinha de mandioca branca e biju; coleta de ervas medicinais; extrativismo de orquídeas, flores nativas e palmito; uso de cataia para saborizar bebidas; cultivo de plantas alimentícias

não convencionais; artesanato com matérias- primas locais, como a madeira (colheres de pau, utensílios de cozinha, rolos de macarrão); e ornamentos feitos com resíduos (ostras, mariscos e conchas). Além disso, há a transformação de frutos do mar, como o camarão, carne de siri, mariscos, peixes, ostras, caranguejo e lula, em produtos como pastéis, empadas, rissoles, coxinhas, folhados, bolinhos, croquetes, bobó, tortas, porções, caldos e caldeiradas.

Figura 7 - Tipos de artesanato em cipó-preto e taquara fabricado por mulheres das comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá



Fonte: acervo privado da autora (2024)

A fabricação de canoas e remos também é uma prática artesanal presente na região, sendo essencial para a subsistência das comunidades, que dependem dessas embarcações para o transporte e a pesca.

A única matéria-prima para a qual existe regulamentação de extração é a caxeta, usada na confecção de rabecas e outros instrumentos musicais relacionados à prática do Fandango Caiçara, que segundo o IPHAN (2025), é um Patrimônio Imaterial do Brasil típico da região.

A exploração de recursos, como madeira e peixes, levanta preocupações sobre a sustentabilidade a longo prazo. No entanto, o fluxo de

produção do artesanato reflete as tradições culturais e a identidade locais, abrangendo etapas essenciais: a extração (por extrativismo ou coleta) é realizada pelos homens; quando se trata de produtos de cultivo, como a mandioca, a colheita também é efetuada por eles, que geralmente se encarregam do beneficiamento inicial e da limpeza da matéria-prima. Posteriormente, as mulheres assumem a responsabilidade pela produção.

As formas de produção e de comércio das atividades são similares em todas as ilhas avaliadas. Segundo os entrevistados (60 %), a produção nem sempre atende às necessidades dos consumidores, que muitas vezes ainda barganham no preço, o que reduz a margem de lucro das famílias.

Segundo a totalidade dos entrevistados, a produção artesanal das comunidades apresenta maior potencial de produção e comércio no período de veraneio, quando os turistas visitam essas localidades e buscam adquirir *souvenirs*, lembranças e produtos típicos regionais.

O comércio fora do período de veraneio acontece em menor escala, mas ainda assim ocorre o fluxo de turistas aos finais de semana. As ilhas visitadas neste estudo possuem muitos atrativos turísticos, como igrejas históricas, trilhas especiais (a exemplo o Caminho do Beijo) e sambaquis. Observou-se também que as comunidades têm se organizado para realizar festas e comemorações locais, eventos nos quais o artesanato possui bom escoamento.

O turismo de base comunitária (TBC), segundo uma parcela significativa dos entrevistados (80%), tem sido uma forma eficaz de fomento ao turismo nas ilhas e, por consequência, de ampliação da capacidade de produção artesanal.

As ações de organização realizadas na comunidade de Ponta do Ubá têm gerado um número crescente de turistas. A comunidade tem se preparado por meio de cursos de capacitação para melhorar a recepção e a interação com os viajantes. A prática tem se revelado eficiente e pode representar um caminho para outras comunidades.

O preço recebido pela produção artesanal é classificado como baixo por 60% dos entrevistados, que relataram, ainda, que muitos consumidores, apesar de realizarem a compra, nem sempre valorizam e reconhecem a importância da atividade.

Segundo 85% dos entrevistados, os produtores artesanais permanecem com uma parcela muito pequena do lucro total gerado pelo comércio dos produtos. Essa condição, conforme os relatos, tem se mantido ao longo de décadas, evidenciando um ciclo de desvalorização da produção local.

A única época do ano em que esse cenário sofre moderada alteração é durante o período de veraneio, quando a presença de turistas intensifica a demanda. Em média, 40% da produção é comercializada diretamente ao consumidor final. Fora desse período, a produção é escoada por meio de atravessadores. Nesse tipo de negociação, constatou-se que os artesãos ficam com a menor parcela do lucro, enquanto os intermediários obtêm margens significativamente mais altas, chegando a majorar o preço em mais de 1000% em relação ao valor original.

A dificuldade de reverter essa situação é relatada por 75% dos entrevistados que associam o problema à baixa organização coletiva dos produtores. O quadro é agravado pelo isolamento geográfico e pela atuação de atravessadores e varejistas, que por serem mais estruturados, impõem os preços e frequentemente desmerecem a qualidade dos produtos para pagar menos.

A transformação da matéria-prima em peças artesanais é realizada por meio de técnicas tradicionais que valorizam a identidade cultural local. No entanto, durante a coleta de dados, observou-se que a ausência de infraestrutura adequada (como oficinas equipadas) e de acesso a tecnologias modernas limita a escala produtiva e reduz a competitividade dos artesãos.

A falta de capacitação técnica para o desenvolvimento da atividade também é um fator relevante. A maior parte dos entrevistados (78%) relatou não ter acesso a programas de treinamento que possibilitem o aprimoramento de suas habilidades e a modernização dos processos produtivos. Essa limitação prejudica a ampliação do mercado e o aumento do valor agregado dos produtos.

Além disso, a transmissão do conhecimento pode estar comprometida, visto que 65% dos entrevistados afirmaram que as novas gerações, apesar de aprenderem as técnicas, não enxergam na atividade uma oportunidade viável de sustento. Esse afastamento progressivo dos

jovens representa um risco para a continuidade das tradições locais.

O estudo revelou que os principais fatores que poderiam potencializar o artesanato na Baía de Paranaguá foram: a forte inserção das mulheres na produção e gestão, promovendo o empoderamento feminino; o potencial de aplicação da economia circular; e o uso de matérias-primas abundantes e de baixo custo (Tabela 1).

Tabela 1 - Potencialidades do artesanato na Baía de Paranaguá no litoral do Paraná na percepção dos entrevistados.

Classificação	Potencialidades	IR
1	Participação das mulheres na produção e gestão artesanal, promovendo o empoderamento feminino	20,4
2	Potencial para aplicação da economia circular	20,4
3	Uso de matérias-primas locais e reaproveitamento de resíduos naturais	15,8
4	Parcerias institucionais para fortalecimento dos Arranjos produtivos locais	14,8
5	Integração da produção artesanal com o turismo de base comunitária (TBC)	11,3
6	Preservação de técnicas tradicionais transmitidas entre gerações	5,43
7	Possibilidade de certificação de produtos de origem artesanal	3,92
8	Expansão de mercados de consumo consciente e turismo sustentável	3,92
9	Identidade cultural e territorial	2,26
10	Possibilidade de políticas públicas voltadas à valorização da cultura local e ao fortalecimento da economia criativa	1,77

Fonte:
Elaborada pela
autora (2025)

*IR = Índice de relevância

As limitações evidenciadas estavam associadas, mais fortemente, às formas de organização da comunidade e à inexistência de modelos de governança da produção, seguidas pela dependência de atravessadores e pela legislação ambiental que restringe algumas práticas de artesanato (Tabela 02).

Tabela 2 - Limitações do artesanato na Baía de Paranaguá no litoral do Paraná na percepção dos entrevistados.

Classificação	Limitações	IR
1	Baixa capacidade de organização coletiva	14,2
2	Dependência de atravessadores que resulta em práticas comerciais desvantajosas	13,8
3	Legislações ambientais que restringem práticas tradicionais sem diálogo com as comunidades	12,2
4	Logística para escoamento da produção devido ao isolamento geográfico	11,5
5	Falta de acesso a programas de capacitação técnica para produção e comércio	10,6
6	Falta de acesso a programas de inovação sustentável.	9,01
7	Estrutura produtiva limitada devido a ausência de oficinas adequadas	8,08
8	Ausência de certificação dos produtos	7,15
9	Impactos das sazonalidades turísticas	6,73
10	Desinteresse das novas gerações em dar continuidade à produção artesanal tradicional	6,73

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

*IR = Índice de relevância

As limitações relacionadas às questões ambientais (Tabela 03) diferem, em contexto geral, daquelas evidenciadas para o artesanato como atividade produtiva. Observou-se que, apesar de algumas questões serem comuns aos dois diagnósticos, quando relacionado ao meio ambiente, parte delas se revela de difícil solução, à medida que não é uma condição que depende da comunidade, como é o caso da legislação que restringe o uso de bens de produção naturais para as práticas tradicionais, como o uso da caixeta do guapuruvu.

Tabela 3 - Limitações ambientais associadas ao artesanato na Baía de Paranaguá no litoral do Paraná na percepção dos entrevistados.

Classificação	Limitações	IR
1	Legislação ambiental que restringem o uso de matéria prima para as práticas tradicionais de artesanato	32,4
2	Pouco diálogo governamental com as comunidades insulares no que se refere ao uso dos recursos ambientais	18,7
3	Falta de estratégias de reaproveitamento de resíduos	11,9
4	Extração descontrolada de matérias-primas naturais por artesãos	8,22
5	Poluição por turistas no veraneio	7,24
6	Extrativismo nas ilhas por pessoas externas à comunidade	6,01
7	Pouca área de cultivo e a inexistência de outras alternativas Sustentáveis para a Comunidade	4,66
8	Ausência da legalização fundiária impede extrativismo sustentável e legalidade de uso de matérias primas	4,66
9	Precariedade de saneamento básico e água potável	3,52
10	Desinteresse das novas gerações em dar continuidade à produção artesanal tradicional	2,69

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

*IR = Índice de relevância

4.3 DISCUSSÃO

As comunidades situadas em ambientes insulares no litoral do Paraná compartilham um cotidiano marcado por contrastes entre fragilidades estruturais e riquezas culturais e naturais. A infraestrutura interna nessas localidades é limitada, com problemas de acessos, saneamento inadequado, pouca disponibilidade de água potável e instabilidade no fornecimento de eletricidade. Os serviços públicos também são escassos: as escolas funcionam em regime parcial e muitas comunidades carecem de postos de saúde.

A precariedade das condições existentes, atrelada à fragilidade das instituições e ao déficit de capital humano, configura um cenário de vulnerabilidade social nessas comunidades, onde raramente se observam projetos viáveis de

desenvolvimento. Esse ciclo de exclusão, reforçado pela falta de acessibilidade às condições de mudança, impõem uma realidade perversa, mantendo as comunidades à margem dos recursos de fomento e impedindo avanços na geração de renda e na permanência digna dos moradores.

Devido à localização remota e à fragilidade do tecido social, as comunidades insulares permanecem, muitas vezes, “invisíveis” para o poder público, o que dificulta a implementação de políticas públicas integradas. A ausência de iniciativas estruturadas para a valorização desse grupo de moradores acentua a desigualdade e amplia o isolamento, em um cenário de poucas expectativas quanto a políticas públicas participativas.

Nesse contexto, a articulação entre os diferentes atores sociais torna-se indispensável para a construção de estratégias de desenvolvimento que promovam autonomia produtiva, geração de renda e preservação ambiental. A valorização da produção local e o fortalecimento dos arranjos produtivos tradicionais podem representar alternativas viáveis para a permanência das famílias em seus territórios e para a conservação dos modos de vida caiçaras.

Apesar dessas carências, os moradores mantêm uma estreita relação com a localidade onde vivem, em sintonia com a natureza, usufruindo de alimentos frescos e de um estilo de vida conectado ao território. A base da economia nessas localidades está centrada na pesca artesanal, no cultivo de subsistência e na produção de artesanato.

A cooperação comunitária é evidente, embora sofra com as condições que limitam o potencial de desenvolvimento local. Nesse contexto, Carmo (2018) enfatiza que, em relação às comunidades tradicionais, o engajamento coletivo, associado aos processos de decisão compartilhada, constitui um caminho fundamentado na busca por melhores condições de vida.

O desenvolvimento dessas comunidades, visto que suas ações não podem ser compreendidas de forma isolada, está diretamente ligado à capacidade de organização coletiva e colaborativa na gestão dos recursos naturais e das práticas produtivas. Nesse sentido, a cooperação local e a gestão participativa são elementos centrais para o fortalecimento dos arranjos produtivos artesanais.

As experiências observadas nas comunidades investigadas revelam que, quando os produtores artesanais atuam de forma isolada, suas possibilidades de inserção em mercados competitivos são reduzidas. Por outro lado, a formação de

redes de apoio e a atuação em associações ou grupos de trabalho colaborativo contribuem para o empoderamento comunitário e o fortalecimento da autonomia produtiva, especialmente entre as mulheres. Situação similar foi relatada por Reyes-Samilpa (2020) e Leguía *et al.* (2021), nos quais a união entre mulheres artesãs permitiu superar desafios como o acesso ao mercado formal, a baixa remuneração, a desvalorização social da atividade artesanal, além de potencializar o poder de negociação e a capacidade de organização logística e comercial.

A cooperação e a gestão compartilhada dos recursos naturais também são fundamentais para que as práticas produtivas se tornem mais sustentáveis. Decisões coletivas sobre o uso de matérias-primas e os métodos de produção e distribuição de produtos podem criar mecanismos para evitar a sobrecarga ambiental e possibilitar um manejo mais equilibrado dos recursos locais, o que é especialmente importante no contexto insular.

A gestão participativa possibilita que as comunidades sejam protagonistas no planejamento e na execução de ações voltadas para a sustentabilidade, permitindo que as soluções sejam construídas a partir de saberes locais, e não impostas por agentes externos. Esse tipo de gestão fortalece o sentimento de pertencimento e a responsabilidade coletiva, fatores essenciais para a continuidade das práticas tradicionais e para a proteção do território.

O fortalecimento da cooperação é um caminho viável para essas comunidades, mas, em especial, para as mulheres artesãs, que têm mudado suas realidades a partir do momento em que passaram a liderar os processos do artesanato. Isso também se revela como uma possibilidade de transformação social e econômica em suas famílias. Assim, é urgente que se considere a criação de espaços coletivos de produção e comercialização para a troca de saberes, o apoio mútuo.

Assim, a cooperação e a gestão participativa não devem ser vistas apenas como ferramentas auxiliares, mas como pilares estruturantes para o desenvolvimento sustentável das comunidades insulares da Baía de Paranaguá. A organização coletiva amplia a resiliência dessas populações diante das ameaças externas, fortalece a economia local e contribui para a preservação das tradições culturais e dos recursos naturais, garantindo que os próprios moradores sejam os protagonistas de suas transformações.

A economia circular pode ser considerada uma estratégia promissora para o

fortalecimento da produção artesanal. É preciso considerar que esse modelo propõe a substituição da lógica linear (extração, transformação, consumo e descarte) por uma dinâmica de reaproveitamento contínuo de recursos. No contexto das comunidades tradicionais, essa abordagem é relevante, pois permite conciliar a valorização cultural do artesanato com a sustentabilidade ambiental, dada a riqueza de resíduos da região, como os originários de peixes, sementes e conchas.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que algumas comunidades já implementam iniciativas pontuais de reaproveitamento dos materiais citados. No entanto, ainda há uma lacuna significativa no que se refere à ampliação e à sistematização dessas ações. A incorporação estruturada da economia circular pode representar uma mudança de paradigma, promovendo a otimização do uso de recursos e a redução de desperdícios.

Segundo Carmo (2018), a construção de uma economia circular eficiente depende da cooperação comunitária e da gestão participativa. No caso das comunidades investigadas, o fortalecimento de redes colaborativas, o compartilhamento de saberes e a formação técnica são elementos-chave a serem considerados, desde que integrados à valorização do saber tradicional e à articulação com novas práticas sustentáveis. A economia circular, quando aplicada ao artesanato, contribui para reforçar a identidade cultural, ao mesmo tempo que integra as comunidades a debates contemporâneos sobre consumo responsável. A adoção de práticas circulares pode transformar o artesanato local em referência de sustentabilidade e agregar valor aos produtos.

Assim, devem ser consideradas, em curto prazo, ações de desenvolvimento para as comunidades, com a promoção de programas de capacitação voltados à economia circular, incentivos à inovação e a orientação para a construção de políticas públicas que fortaleçam os arranjos produtivos sustentáveis. Esse caminho pode representar uma solução viável para o enfrentamento dos desafios socioambientais da região.

A atividade artesanal desempenha um papel central na identidade cultural e na geração de renda. No entanto, na maioria dos casos, suas implicações estão relacionadas às questões ambientais. Este estudo revelou uma relação de ambiguidade: ao mesmo tempo que as práticas respeitam os ciclos naturais, também se percebem ações que provocam impactos negativos.

O principal fator nesse aspecto é a legislação ambiental, que muitas vezes

restringe o uso de matéria-prima para as práticas tradicionais. Esse fator merece uma análise mais aprofundada, visto que é urgente proteger os ecossistemas costeiros da pressão histórica e permanente sobre ambientes frágeis. O ponto de equilíbrio revela um marco de difícil acesso: como produzir sem destruir?

A resposta a essa indagação não se apresenta de forma facilitada. Conforme descrito por Belcher (2005) e Ferreira *et al.* (2011), o maior entrave para a mitigação dos impactos ambientais extrativista está relacionado à questão social histórica. Anacleto e Michaliszyn Filho (2024) corroboram essa afirmação ao descrevem o círculo perverso da pobreza, revela que o uso descontrolado de recursos está associado às comunidades empobrecidas, que mais extraem por necessitarem sobreviver.

A situação ainda é agravada pela falta de acesso à infraestrutura necessária à produção. As comunidades possuem capital humano insuficiente e instituições fracas, o que resulta em um fraco poder de barganha. Ou seja, extraem descontroladamente porque necessitam e, sem possibilidade de mudança, continuam a extrair, gerando um choque com legislações muitas vezes impostas sem o diálogo necessário à manutenção da vida com dignidade. Esse processo explica os fatores relatados neste estudo, que se referem à extração descontrolada de matérias-primas por artesãos.

Ferreira *et al.* (2011) apontam dois fatores a serem questionados, e ambos foram identificados neste estudo. O primeiro é que os residentes são remanescentes de comunidades caiçaras que têm forte ligação com a terra e o mar. Durante séculos, dedicaram-se às atividades extrativistas, originando uma sabedoria ecológica. No entanto, a legislação de proteção evidencia uma tendência de efetivação do termo “Natureza rica e população caiçara pobre”, pois, enquanto biodiversidade recebe atenção especial, as tradições seculares (caça, pesca, lavoura e extrativismo) enfrentam um cenário de adversidade.

O êxodo relatado nesse estudo tem uma relação de causa efeito com o cenário descrito, à medida que observar a riqueza natural e vivenciar a pobreza social é um processo doloroso para os que vivem nessas localidades.

A situação é agravada por dois fatores. O primeiro, relatado por Perez-Valladares *et al.* (2020), é que a falta de regulamentação e de práticas de gestão compartilhada cria um cenário de vulnerabilidade, no qual o risco de esgotamento de espécies é real, especialmente em áreas de grande demanda turística.

A sustentabilidade do artesanato em comunidades similares à investigada está associada ao uso adequado dos recursos naturais. O conhecimento empírico desse grupo de pessoas pode contribuir para orientar o uso do ambiente em prol da coletividade, mantendo o equilíbrio entre a conservação ambiente e o direito à sobrevivência. Novas formas de gestão, que considerem os anseios das comunidades, podem ser um grande desafio a ser superado na busca por soluções para problemas complexos.

A atividade artesanal nos ambientes insulares do litoral do Paraná, revela-se uma situação complexa, que uma análise simplista não é capaz de perceber. Na busca pela solução para problemas complexos, o pensamento complexo se faz necessário, e, nesse contexto, a perspectiva interdisciplinar amplia a capacidade de gerar diagnósticos mais precisos. Somente uma perspectiva interdisciplinar, que concilie os âmbitos acadêmico, científico, técnico e empírico, pode gerar sistemas economicamente viáveis e ecologicamente responsáveis.

Segundo Chiarelli (2024), a correta integração de práticas de gestão com os diversos saberes que compõem a produção artesanal é uma alternativa viável para otimizar a produção e ampliar o valor dos produtos. Batista, Shimada e Santos (2024) afirmam que os desafios ambientais complexos requerem a sistematização de várias formas de conhecimento para analisar as interações sociedade-ambiente. A interdisciplinaridade catalisa o diálogo entre diferentes áreas para criar estratégias de sustentabilidade mais eficazes.

Assim, a relação entre o conhecimento e os saberes que orientem a gestão do artesanato reafirma um modelo de desenvolvimento sustentável baseado no respeito pela interação entre cultura, economia e ambiente. No caso explícito, essa relação é necessária para orientar as comunidades para a autocompreensão de si e do mundo que os permeia, bem como para a organização na busca pela eficiência das políticas públicas existentes, contribuindo para a preservação ambiental, a promoção social e o fortalecimento da economia artesanal.

A necessidade dessa nova abordagem interdisciplinar, é, em si, uma condição para compreender e resolver as complexas questões existentes nesses ambientes insulares. A articulação do conhecimento e do saber possibilita não apenas pensar sobre as práticas produtivas, mas, sobretudo, saber como proceder. A conexão entre conservação ambiental, a gestão dessas comunidades e o reconhecimento do artesanato destaca o desafio de expandir o campo do conhecimento para permitir

que múltiplas áreas dialoguem.

Muito embora já tenha sido citada nesta análise, os pressupostos da economia circular coadunam com o que foi descrito. Wilke *et al.* (2023) relatam que a sustentabilidade no artesanato não diz respeito apenas à escolha dos materiais, mas também à promoção de práticas alinhadas aos ciclos do ecossistema, nas quais o desperdício possa ser reciclado ou descartado adequadamente.

O artesanato deve significar, portanto, que o avanço social precisa estar ancorado na preservação ambiental, uma situação que não só ajuda a conter a degradação, mas também é capaz de gerar renda e fortalecer a autonomia das comunidades. Nesse contexto, ainda de acordo com Wilke *et al.* (2023), gerar incentivos para manter as populações tradicionais no território promove a produção artesanal sustentável, previne migrações forçadas, e conseqüentemente, a pressão sobre os ecossistemas. A invisibilidade dessas comunidades perante o poder público, no que se refere ao uso e aos conflitos ambientais, deve ser analisada em duas fases, sendo que a primeira se refere às políticas públicas já existentes.

As políticas públicas relativas à produção artesanal deveriam promover a valorização cultural, criar mecanismos de desenvolvimento sustentável e, por meio desses fatores, visar à melhoria da qualidade de vida e ao combate à pobreza. É preciso ressaltar, como descrito por Belcher (2005), que o uso descontrolado dos recursos naturais está associado às comunidades empobrecidas, que mais extraem por precisarem sobreviver. Assim, as políticas públicas não consideram a salvaguarda do conhecimento tradicional, nem criam condições para a formação de artesãos e a abertura de mercado.

É preciso relatar que ainda não foram mensuradas na legislação as quantidades seguras para a extração de recursos naturais. Assim, a fragilidade das regulamentações impõe um paradoxo às comunidades: não atender na íntegra à legislação, sendo que esta não revela as formas corretas de uso, deixando à mercê do acaso e das fiscalizações.

Assim, considerando que as políticas públicas não se efetivam, e de modo similar ao descrito por Ferreira *et al.* (2011), as comunidades litorâneas no Paraná permanecem invisíveis perante o poder público. Essa questão coaduna com a percepção dos residentes, que relataram ocorrer pouco ou nenhum diálogo governamental sobre o uso dos recursos ambientais e possíveis soluções.

A relação do artesanato com a legislação ambiental é complexa, e esse

estudo evidencia tal questão. No entanto, deve-se questionar se o uso dos recursos ambientais de fato gera destruição e coloca em risco esses ambientes frágeis.

A primeira afirmação é que os efeitos da ação antrópica humana são percebidos nas vilas habitacionais. No entanto, aparentemente, os danos relativos à geração de renda não se encontram estabilizados. Ou seja, as famílias artesãs não sobrevivem exclusivamente do artesanato, mas sim na pluriatividade, (pesca, agricultura de subsistência, uso da floresta). A pluriatividade, historicamente, é menos impactante que a monoatividade. A integração de várias funções em um único sistema gera uma lógica orientada à sobrevivência do que ao desenvolvimento econômico. De forma similar ao relatado por Anacleto e Michaliszyn Filho (2024), é facilmente percebida a integração de várias funções, associadas ao meio ambiente, à paisagem, e à biodiversidade, em um único meio de vida. Assim, o uso da natureza ultrapassa o limite simbólico para os grupos menos vulneráveis. A natureza transformada em artesanato é um caminho fundamentado que auxilia na melhoria e no fortalecimento do meio de vida, pois a renda obtida permite maior autonomia e amplia as possibilidades de gerar outras atividades, garantindo escolhas e o acesso à construção de novos rumos do seu próprio desenvolvimento individual e coletivo.

As restrições decorrentes das normas e legislações de proteção ambiental apresentam-se em um cenário muitas vezes perverso, e isso ocorre por não haver participação popular nas decisões, que não reconheçam que as populações mais pobres dependem de seus meios para sobreviver. Assim, elas permanecem invisíveis perante o poder público, que deveria promover a valorização das comunidades tradicionais. Finalmente, Ferreira *et al.* (2011) afirma que:

A ausência do Estado e fragilidade das famílias ficam evidenciadas pelo fato dessas comunidades nunca terem recebido um programa específico dada às suas características, ou seja, nunca entraram na agenda política. Sem Estado efetivo é difícil desenvolver população com cidadania plena. A situação dessas famílias que não receberam políticas apropriadas, educação, saúde, extensão rural para o desenvolvimento tornou-as expostas à exploração e diante de um limitado acesso aos capitais que essas famílias poderiam contar.

Segundo Belcher (2005), as atividades geradoras de renda nessas comunidades mostram que o uso de recursos ambientais de maior impacto, como é o caso das atividades extrativistas, não representa, na maioria das vezes, mais que 25% do orçamento doméstico, atingindo patamares máximos de 50%, quando as

famílias estão em forte nível de vulnerabilidade social

O cenário instalado evidencia a necessidade de respostas às questões que geram as limitações ao desenvolvimento. Embora possa parecer um discurso recorrente, a organização coletiva e o diálogo com atores externos revelam-se, em curto prazo, como a principal iniciativa para potencializar as ações relativas ao artesanato em ambientes insulares.

O fortalecimento do tecido social, primeiramente no ambiente familiar e, depois, na organização comunitária, é capaz de gerar uma nova dinâmica, na qual os grupos desenvolvem dinâmicas distintas no fortalecimento do tecido social coletivo. A visão comunitária sobre suas próprias necessidades fomenta o diálogo entre a comunidade e outras pessoas e instituições na busca por soluções no aspecto ambiental.

A importância do fortalecimento social reside em sua atuação como ferramenta para o desenvolvimento comunitário, podendo alcançar as esferas financeira e do capital humano. As comunidades não necessitam apenas de ajustes na legislação, iniciativas de fomento, crédito, acesso a novos mercados e processos tecnológicos, mas também do controle dos processos de mudanças autopercebidas como tecido social coletivo. No entanto, Bornancin *et al.* (2020), revelam que, no caso do Litoral do Paraná, é necessário compreender os caminhos para a organização coletiva, visto que a apropriação externa tende a absorver o conhecimento local. Os autores ressaltam, ainda, que as comunidades são um alvo de atravessadores que se aproveitam do fraco tecido social e auferem grandes lucros, mantendo os artesãos em um ciclo de exploração.

Ferreira e Negrele (2011) afirmam que os planejamentos nessas localidades devem ser desenvolvidos com base nas dimensões ecológicas, culturais, político-institucionais, focando na resolução de problemas prioritários. Da mesma forma, devem ser fortalecidas as potencialidades de apropriação dos recursos que estão atreladas à identidade sociocultural dessas comunidades.

As novas demandas de mercado atreladas à necessidade de sustentabilidade ambiental, atuam como obstáculos à atividade artesanal nos ambientes insulares do litoral do Paraná. Assim, para que as comunidades possam compreender as formas de uso dos recursos ambientais, é necessário o acesso a treinamentos e o desenvolvimento da capacidade de inovação. No entanto, Pecqueur (2005) revela que definir os tipos de treinamento e as regulamentações, bem como as ações

capazes de fomentar a autonomia, constitui-se um passo mais importante que o acesso a novos mercados, visto que a organização coletiva e a capacitação geram oportunidades que ultrapassam a esfera da produção e do comércio, atuando no campo da proteção, da dignidade e do fortalecimento da autoestima e da autonomia.

A organização coletiva não visa à lucratividade apenas, mas sim à ampliação e ao fortalecimento de ações para que essas comunidades iniciem um processo de transformação e desenvolvimento em harmonia com os recursos ambientais.

A presença feminina na produção artesanal do litoral do Paraná transcende a noção de atividade complementar ou de simples extensão das tarefas domésticas. Invisibilizadas socialmente, essas mulheres assumem papel fundamental na preservação da cultura caiçara, na transmissão de memórias coletivas e na resistência cotidiana diante das adversidades estruturais. Suas mãos não apenas transformam matéria-prima em artefatos, mas produzem símbolos de identidade, pertencimento e sobrevivência.

Esse protagonismo feminino, como observa Carmo (2018), articula-se à estratégia territorial de resistência e sobrevivência das comunidades tradicionais. Na verdade, pode ser classificado como um fenômeno social que, ao mesmo tempo em que assegura meios de subsistência, fortalece a coesão comunitária e amplia o espaço de atuação política das mulheres em um ambiente historicamente marcado pela desigualdade de gênero.

As artesãs, ao manterem práticas tradicionais, constroem redes de cooperação e solidariedade, fundamentais para enfrentar as restrições do mercado formal e a ausência de políticas públicas. Nesse processo, afirmam sua autonomia em diferentes dimensões: na esfera econômica, ainda que a renda seja modesta e muitas vezes subvalorizada por atravessadores (Cavalcante, 2016; Perez-Valladares *et al.*, 2020), o artesanato garante independência relativa em territórios de escassas alternativas produtivas; no campo social, fomenta vínculos de apoio mútuo e reforça a identidade coletiva; em termos políticos, a atuação das mulheres em associações e grupos comunitários amplia a capacidade de decisão e a gestão participativa; e, na dimensão cultural, ao transmitirem saberes e técnicas, as artesãs asseguram a continuidade da memória local.

Contudo, a atividade artesanal enfrenta desafios persistentes, como é o caso da precariedade estrutural, do isolamento geográfico e da negligência do poder (Carmo & Guizardi, 2018). Além disso, a exploração por intermediários, que

adquirem os produtos a preços ínfimos para revendê-los nos centros urbanos, aprofunda o ciclo de desvalorização econômica. Outro fator crítico é a o desinteresse das novas gerações, que, diante da instabilidade financeira e da marginalização simbólica da atividade, migram para alternativas urbanas, o que coloca em risco a transmissão dos saberes tradicionais, como já alertava Diegues (1983a).

Ainda assim, a criatividade e a resiliência dessas mulheres têm possibilitado novas estratégias de resistência. A adaptação das peças às demandas do turismo, sem descaracterizar a essência cultural, e a incorporação de práticas sustentáveis revelam capacidade inovadora. Tais práticas dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5 (Igualdade de gênero), o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), reforçando o papel das artesãs como agentes centrais de transformação social e ambiental (Abramovay, 2010).

Apesar disso, o trabalho artesanal feminino continua frequentemente interpretado como atividade secundária ou extensão do trabalho doméstico conforme relatam Anacleto e Bornancin (2021). Essa percepção contribui para a invisibilidade e limita seu reconhecimento como vetor legítimo de desenvolvimento sustentável. Para que o artesanato deixe de ser apenas estratégia de sobrevivência e se consolide como alternativa de desenvolvimento, é indispensável o fortalecimento de políticas públicas voltadas à capacitação, à valorização cultural, ao turismo de base comunitária e ao acesso a redes de comercialização.

Nesse cenário, reconhecer e valorizar a atuação das artesãs significa mais do que um ato de justiça social: trata-se de reparação histórica e de acreditar em um futuro no qual as mulheres deixam de ser vistas apenas como guardiãs da tradição e passam a ocupar lugar de liderança no desenvolvimento dessas comunidades. Elas se transformam, assim, na expressão de resistência, identidade e na possibilidade concreta de construção de alternativas sustentáveis para o presente e o futuro.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades situadas em ambientes insulares no litoral do Paraná vivem sob um conjunto de contrastes estruturais, socioculturais e ambientais. A infraestrutura básica é limitada e irregular, com fragilidades no acesso, no saneamento, no abastecimento de água, no fornecimento de energia elétrica e na oferta de serviços públicos essenciais. Em muitos casos, as escolas funcionam em regime parcial, não há postos de saúde regulares e o atendimento médico é descontínuo, o que reforça a vulnerabilidade social e o isolamento territorial dessas populações.

O estudo revelou que a produção artesanal é majoritariamente exercida por mulheres, que desempenham papel central tanto na produção quanto na gestão da atividade. Para além do aspecto econômico, essa predominância feminina reafirma o artesanato como vetor de empoderamento e de autonomia financeira, especialmente considerando que grande parte das participantes possui escolaridade limitada. Esse dado se articula com a literatura que compreende o trabalho artesanal como mecanismo de reprodução da vida comunitária, agregando valor simbólico, cultural e identitário ao território.

A pesquisa de campo identificou ampla diversidade de produtos e práticas: cestarias, farinhas e derivados da mandioca, ervas medicinais, extrativismo vegetal, artesanato com madeira, ornamentos com resíduos marinhos e transformação de frutos do mar em produtos alimentícios. Esse conjunto revela que o artesanato opera como atividade socioeconômica ancorada na sabedoria ecológica tradicional, na qual o conhecimento sobre manejo e coleta de recursos naturais é transmitido entre gerações e se articula à sustentabilidade ambiental.

Entretanto, a exploração de recursos suscita preocupações quanto à sustentabilidade a longo prazo. Se por um lado o uso de matérias-primas locais reforça a identidade cultural e contribui para a preservação de práticas ancestrais, por outro ele impõe riscos quando não acompanhado de políticas de manejo, certificação ou monitoramento ambiental. A cadeia produtiva é marcada por assimetrias: os produtores permanecem com uma parcela reduzida do valor final, enquanto atravessadores absorvem parte significativa dos lucros, gerando

um ciclo de desvalorização da produção local.

Entre os fatores que podem potencializar o desenvolvimento do artesanato destacam-se: (i) a forte inserção das mulheres na produção e gestão; (ii) a possibilidade de aplicação da economia circular; e (iii) o uso de matérias-primas abundantes e de baixo custo. As limitações, por sua vez, estão associadas à ausência de mecanismos de governança comunitária, à dependência de atravessadores e às restrições legais impostas pela legislação ambiental, que muitas vezes desconsidera os modos tradicionais de uso dos recursos.

Os conflitos ambientais observados na Baía de Paranaguá emergem, sobretudo, da sobreposição de legislações protetivas e unidades de conservação, que se sobrepõem ao território sem diálogo com as práticas culturais e produtivas locais. Esse fenômeno produz tensões entre conservação ambiental e reprodução social, podendo inviabilizar a continuidade de atividades ancestrais. Nesse sentido, a legislação ambiental assume um caráter paradoxal: necessária para proteger ecossistemas frágeis, mas potencialmente restritiva para as formas tradicionais de existência e trabalho.

A invisibilidade institucional das comunidades insulares agrava a situação. A distância geográfica e a baixa integração política resultam em frágil presença do Estado, ausência de políticas participativas e pouco diálogo sobre o uso dos recursos e sobre alternativas de desenvolvimento. O resultado é um círculo perverso em que pobreza, exploração e restrição ambiental se retroalimentam. Assim, o dilema central se torna evidente: **como produzir sem destruir e como conservar sem expulsar?**

A resposta a essa questão não é simples, pois depende de superar o ciclo histórico de desvalorização territorial e cultural. O fortalecimento do tecido social — inicialmente no espaço familiar e posteriormente no comunitário — revelou-se um dos principais caminhos para reorganizar a vida coletiva e ampliar a capacidade de diálogo com atores externos. A organização comunitária, quando existente, atua como ferramenta para o desenvolvimento endógeno, fortalecendo redes de cooperação, ampliando o capital social e reduzindo a dependência de atravessadores.

Nesse sentido, políticas de valorização da produção artesanal, integradas a mecanismos de capacitação técnica, certificação, economia circular e gestão

participativa dos recursos naturais, apresentam-se como estratégias de mitigação dos conflitos e de promoção da autonomia local. Tais medidas podem contribuir para a continuidade da atividade artesanal e para a preservação das identidades culturais, evitando sua substituição por processos de exploração externa que não retornam benefícios às comunidades.

Conclui-se que a permanência dessas comunidades em seus territórios e a continuidade de suas tradições produtivas dependem de estratégias que conciliem conservação ambiental, justiça econômica e inclusão social. Para que isso ocorra, o artesanato precisa deixar de ser compreendido apenas como atividade complementar e passar a ser reconhecido como elemento estruturante da identidade, da economia e da sustentabilidade das comunidades costeiras e insulares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. **Novos estudos CEBRAP**, p. 97-113, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hfsJ9MWhbhC4MmrkFmYxSJq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ALMEIDA, A.; KAN, L. Vulnerabilidade sócio ambiental de pescadores e marisqueiras em S. Francisco do Conde/Ba. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 2, p. 29-46, 2016.

ANACLETO, A.; BORNANCIN, A. P. A. Local Productive Arrangement of Non-Wood Forest Products in Paraná Coast, Brazil, Between Ascension and Decline. **Australian Journal Of Basic And Applied Sciences**, v. 12, p. 67-71, 2018.

ANACLETO, A.; BORNANCIN, A. O artesanato típico no litoral do Paraná: aspectos socioculturais e econômicos. In: PELLIZZARI, F. (Org.). **O meio ambiente litorâneo e insular do Paraná**. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 224-241.

ANACLETO, A.; MACHADO, A. P.; COSTA, B. B. R.; LIMA, G. O. Profile and consumer behavior of food originating from Typical Handmade Products (PATs) from the coast of Paraná. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, p. 5210-5221, 2024.

ANDREOLI, V. M.; ANACLETO, A.; MURARO, D.; ANACLETO, A. F. M. As relações entre justiça social e desenvolvimento sustentável em remanescentes de comunidades caiçaras inseridas em ambientes florestais no litoral sul do Estado do Paraná. In: Congresso Internacional de Administração, 2007, Ponta Grossa. **Anais do Congresso Internacional de Administração**, 2007. v. único.

BATISTA, R. de O. S.; SHIMADA, S. de O.; SANTOS, L. V. dos. **Integrando saberes nas ciências ambientais**. Criação Editora, 2024

BASSI, R. E. A logística de eventos da maior feira de artesanato da América Latina. **Refas - Revista Fatec Zona Sul**, v. 3, n. 3, 2017.

BELCHER, B.; RUIZ-PÉREZ, M.; ACHDIAWAN, R. Global patterns and trends in the use and management of NTFPs: implications for livelihoods and conservation. **World Development**, v. 33, n. 9, p. 1435-1452, 2005.

BINNUI, A.; IAMSAARD, N. **Marketing Promotion with 8P's Strategy for Processed Palm Oil Products for Sustaining Small Business's Growth**. 2024.

BORNMANN, L.; MUTZ, R. Growth rates of modern science: A bibliometric

analysis based on the number of publications and cited references. **Journal of the association for information science and technology**, v. 66, n. 11, p. 2215-2222, 2015.

BUDUSON, K. A. Collaborating with a Source Community to Conserve two Sámi Coffee Bags by Combining Established Conservation Treatments and Traditional Preservation Methods. **Studies in Conservation**, v. 67, sup. 1, p. 40-48, 2022.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CÁRDENAS-MARCELO, A. L.; ESPINOZA-ORTEGA, A.; VIZCARRA-BORDI, I. Gender inequalities in the sale of handmade corn tortillas in central Mexican markets: Before and during the COVID-19 pandemic. **Journal of Ethnic Foods**, v. 9, n. 1, p.4, 2022.

CARMO, M. R. do. **Território como estratégias de sobrevivência na comunidade de Amparo no município de Paranaguá - PR**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, 2018.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, e00101417, 2018.

CAVALCANTE, E. O. Modernização do litoral e o estilhaçamento da vida cotidiana: o caso de Cumbuco–Caucaia (CE). **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v.36, p. 7-37, 2016.

CHIARELLI, A. **A materialização do código técnico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um estudo de caso do IFPR Campus Paranaguá**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2024.

DENYER, D.; TRANFIELD, D. **Producing a systematic review**. 2009.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983a. 287 p.

_____. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1983b.

EGWUTVONGSA, S.; SETVISAT, S.; PIRUMGRAN, T. Development of the Processing Procedure for Palm Fiber with Communities for Industrial Handmade Product Creation. **Academic Journal of Interdisciplinary Studies**, v. 10, 2021.

ESPACIO ABIERTO. **Democracia digital, e-participação e políticas públicas: um estudo bibliométrico.** vol.33 no.3 Maracaibo set. 2024 Epub 11-Oct-2024.

FERREIRA, M. R.; NEGRELLE, R. R. B.; ZANATTA, R. A. F. Terra inválida, gente invisível. **Litoral do Paraná–reflexões e interações**, v. 13, 2011.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas" estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.

FERREIRA, M. R.; ANACLETO, A.; NEGRELLE, R. R.; VALENTE, T. P. Extractive traditional rural communities from Atlantic rainforest: an approach on families who live in the territory of the environmental Protection Area of Guaratuba in Paraná Coast – Brazil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 07, 2017.

FRAGNOLI, P. Pottery production in pastoral communities: Archaeometric analysis on the LC3-EBA1 Handmade Burnished Ware from Arslantepe (in the Anatolia Upper Euphrates). **Journal of Archaeological Science: Reports**, v. 18, p. 318-332, 2018.

GOURA, M. **Turismo Comunitário.** Disponível em: <<https://mandatogoura.com.br/mandato-goura-lanca-mapa-ilustrado-do-litoral-norte-do-parana-para-promover-turismo-de-base-comunitaria/>>. Acesso em: 09 jan 2026.

HASSON, F.; KEENEY, S.; MCKENNA, H. Diretrizes de pesquisa para a técnica de pesquisa Delphi. **Journal of Advanced Nursing**, v. 32, n. 4, p. 1008-1015, 2000.

HENRIQUE, J. *et al.* **Caracterização da Cadeia Produtiva do Polo Cerâmico do Poti Velho, Teresina, Piauí, e Indicativos de um Arranjo Produtivo Local (APL).** 2016.

HETTIARACHCHI, T. *et al.* **Exploring Drivers to Adopt Eco System-Based Livelihood Diversification: Experiences from Women in Agri-based Economy in Sri Lanka.** 2023.

HUYSMAN, S. *et al.* Toward a systematized framework for resource efficiency indicators. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 95, p. 68-76, 2015.

IAMSAARD, K. *et al.* A incorporação de biochar em filmes de cobertura biodegradáveis traz benefícios ao solo agrícola?. **Polímeros**, v. 16, n. 23, p. 3434, 2024.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio.** 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/657/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

KAMPETCH, P.; JITPAKDEE, R. The potential for key success of community-based tourism sustainability: Case study Baan Rim Klong

Homestay, Samut Songkram, Thailand. **ABAC Journal**, v. 39, n. 4, p. 111-122, 2019.

KAYA, Ç. NEW PRODUCT DEVELOPMENT THROUGH DESIGN: THE CASE OF CRAFTSWOMEN IN MARDIN. **Milli folklor**, v. 27, n. 106, 2015.

LEGUÍA, C. *et al.* A força das redes sociais na resistência cultural das comunidades tradicionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-15, 2021.

LIS, B. **Revista de Arqueologia de Oxford**, v. 36, n. 3, p. 243–266, 2017. *Obs.: Esta referência foi formatada com os dados disponíveis, mas não continha o título do artigo.*

LUNA-REYES, L. F.; ANDERSEN, D. L. Coletando e analisando dados qualitativos para dinâmica de sistemas: métodos e modelos. **System Dynamics Review: The Journal of the System Dynamics Society**, v. 19, n. 4, p. 271-296, 2003.

MACBETH, P.; BARBER, C. Craft in unexpected places. **Craft Research**, v. 6, n. 2, p. 275-285, 2015.

MATHIOUDAKIS, G. *et al.* InCulture: a collaborative platform for intangible cultural heritage narratives. **Heritage**, v. 5, n. 4, p. 2881-2903, 2022.

MICHALISZYN, F. L. A.; ANACLETO, A. Conflitos socioambientais e as comunidades tradicionais no litoral do Paraná: a erosão do ser e saber. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, p. 2975-2999, 2024.

MINGERS, J.; LEYDESDORFF, L. A review of theory and practice in scientometrics. **European journal of operational research**, v. 246, n. 1, p. 1-19, 2015.

MOHER, D. *et al.* Erratum: Preferred reporting items of systematic review and meta- analyses: The PRISMA statement. **Deutsche Medizinische Wochenschrift**, v. 136, n. 15, 2011.

NEGRELLE, R. R. B.; ANACLETO, A. Extrativismo de bromélias no Estado do Paraná. **Ciência Rural**, v. 42, p. 981-986, 2012.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Revista Raízes**, v. 24, n. 1-2, p. 10- 22, 2005.

PELLIZZARI, F. (Org.). Apresentação. *In: _____*. **O meio ambiente litorâneo e insular do Paraná**. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 12.

PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2010.

PÉREZ-VALLADARES, C. X. *et al.* Ecological, cultural, and geographical implications of *Brahea dulcis* (Kunth) Mart. insights for sustainable management in Mexico. **Sustainability**, v. 12, n. 1, p. 412, 2020.

REYES-SAMILPA, A. *et al.* Elaborar ayates: o trabalho artesanal hñähñu do hilado e tecido no Vale do Mezquital, México. **Itinerarios**, n. 31, p. 267–291, 2020.

SCHEUER, L.; XAVIER, A. L.; FRANCA, L. S.; ANACLETO, A. On the coast of caiçara handicrafts Paraná, Brazil the new normal post pandemic Covid-19. **International Journal for Innovation Education and Research**, v. 11, p. 90-100, 2023.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2002.

SI, H. *et al.* Application of the theory of planned behavior in environmental science: a comprehensive bibliometric analysis. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 15, p. 2788, 2019.

SKULMOSKI, G. J.; HARTMAN, F. T.; KRAHN, J. The Delphi method for graduate research. **Journal of Information Technology Education: Research**, v. 6, n. 1, p. 1-21, 2007.

SREMOON, B.; AUNSUCHAT, C. Extending the wisdom of Tai Lue weaving: values of handcraft and traditional wisdom for community furniture at Wat Yuan, Thailand. **Humanities, Arts and Social Sciences Studies**, v. 44, n. 1, p. 380–390, 2024.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British journal of management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

TSANTINI, E. *et al.* The production of traditional building materials in Oristano (Sardinia, Italy). **Archaeological and Anthropological Sciences**, v. 9, p. 1495- 1513, 2017.

VALENTE, T. P.; NEGRELLE, R. R. B. Sustainability of non-timber forest products harvesting—cipó-preto roots (*Philodendron corcovandense* Kunth) in south Brazil. **Forests, Trees and Livelihoods**, v. 22, n. 3, p. 170-176, 2013.

VERGARA, A.; PEÑA, M.; CHÁVEZ, P.; VERGARA, E. As crianças como sujeitos sociais: O transporte dos Novos Estudos Sociais da Infância e a Análise Crítica do Discurso. **Psicoperspectivas**, v. 14, n. 1, p. 55-65, 2015.

WILKE, O. M.; HALISKI, A. M.; DE CARLI LAUTERT, L. F. Adequação sociotécnica da comunidade tradicional de pescadores artesanais Saco do Tambarutaca. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, 2023.

WILKE, O. M.; SILVA, S. R. Cosmologias, política e artefatos: considerações preliminares para uma abordagem da Baía de Paranaguá. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 7, n. 2, p. 1–24, 2022.

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational research methods**, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.